

Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão

Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão

**Ana Lúcia Costa de Oliveira
Maurício Borges Seibt**

Pelotas, 2005



Obra publicada pela Universidade Federal de Pelotas

produção

Ana Lúcia Costa de Oliveira

desenhos e ilustrações

Fernando Gonçalves Duarte (coord.)

layout, diagramação e mapas

Rafael Klumb Arnoni

Karen Melo da Silva

impressão

Editora e Gráfica Universitária

Rua Lobo da Costa,447

Pelotas, RS - CEP 96010-150

Fone/fax:(53) 3227 8411

editoraufpel@uol.com.br

Impresso no Brasil

Edição: 2005

ISBN: 85-7192-

Tiragem: 300 exemplares

reitor: Prof. Dr. Antonio Cesar G. Borges

vice-reitor: Prof. Dr. Telmo Pagana Xavier

pró-reitor de extensão e cultura: Prof. Vitor Hugo Borba Manzke

pró-reitor de graduação: Prof. Luiz Fernando Minello

pró-reitor de pesquisa e pós-graduação: Prof. Alci Enimar Loeck

pró-reitor administrativo: Francisco Carlos Gomes Luzzardi

pró-reitor de planejamento e desenvolvimento: Prof. Élio Paulo Zonta

diretor da editora e gráfica universitária: Prof. Fernando de Oliveira Vieira

conselho editorial

Prof. Me. Antonio Jorge Amaral Bezerra

Prof. Dr. Elomar Antonio C. Tambara

Prof. Dra. Isabel Porto Nogueira

Prof. Dr. José Justino Faleiros

Profa. Lígia Antunes Leivas

Profa. Dra. Neusa Mariza L. R. Felix

Prof. Dr. Renato Luiz Mello Varoto

Prof. Me. Valter Eliogabalos Azambuja

Prof. Dr. Volmar Geraldo Nunes

Prof. Dr. Wilson Marcelino Miranda

O48p Oliveira, Ana Lúcia Costa de

Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão / Ana Lúcia Costa de Oliveira & Maurício Borges Seibt - Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2005.

92 p.: il.

1. Patrimônio Cultural 2. Arquitetura

3. Legislação urbana 4. Preservação (Arte) 5. História 6. Tipologias arquitetônicas 7. Jaguarão

I. Seibt, Maurício Borges II. Título

CDD 344.094

CDU 720(81)

Grupo de Revitalização Cultural de Jaguarão

profa. arq. Ana Lúcia Costa de Oliveira
acad. direito Evandro C. Chies Machado
acad. arq. Fernanda Albuquerque Monteiro
acad.arq. Marcelo Bento Terres
acad. arq. Maurício Borges Seibt

colaboração

prof. arq. Maurício Couto Polidori
prof bel. José Luis Marasco C. Leite
artista plástico Fernando Gonçalves Duarte
acad. graduação pintura Acelino Carús Guedes
Júlio Vinícius Ramos de Brito

colaboração comunidade jaguarense

prefeito João Alberto Dutra Silveira
bel. Eduardo Alvarez de Souza Soares
prof. Cleo dos Santos Severino
sr. Ely Chagas

colaboração técnica

arq. Augusto Ivan de Freitas Pinheiro - RJ
arq. Carlos Alberto Cerqueira Lemos – SP
arq. Dora Alcântara – RJ
arq. Ramón Gutierrez – Argentina
profa. Noemi Gigante Antunez - RS

Jaguarão, 28 de Dezembro de 1992.

Sumário

Apresentação.....	9
Para uma boa leitura do PRIJ.	11
Introdução.....	13
Especificação do Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão	17
Regulamentação do Inventário do Patrimônio Arquitetônico.....	17
Caracterização do Inventário.....	18
Metodologia Utilizada no Inventário	18
Especificação dos Critérios de Análise.....	20
Período Histórico	21
Características Tipológicas.....	26
Elementos de Composição Formal.....	33
Linguagens Formais.....	45
Estabelecimento dos Instrumentos Urbanísticos	61
Zoneamento	62
Zona de Preservação Histórica Arquitetônica	62
Zona de Preservação Histórica Natural	63
Determinação do Regime de Usos e dos Índices Urbanísticos.....	65
Critérios de Intervenção e Construção nas Zonas de Preservação.....	67
Métodos de Intervenção	67
Técnicas de Intervenção	68
Tipos de Intervenção	69
Graus de Descaracterização	71
Posturas das Construções	74
Intervenções Urbanas	79
Descrição do Programa.....	81
Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão	82
Núcleo Técnico Urbano	84
Isenção de IPTU para Prédios de Interesse Culturais dos Imóveis Pertencentes ao PRIJ.....	85
Referências	87
Bibliografia	88
Legislação.....	95





Apresentação

Esta obra foi possível através de convênio entre a Universidade Federal de Pelotas e a Prefeitura Municipal de Jaguarão, chamado de “Revitalização e Preservação Paisagístico-Cultural de Jaguarão” sob o nº. 1/91/UFPel/PMJ.

Contou também com acordos entre a UFPel e o Centro de Integração Empresa-Escola através dos convênios: “Instituição de Ensino Agente de Integração CIE-E” sob o nº. 010/85 - UFPel/CIE-E e “Unidade Concedente de Estágio e o Agente de Integração CIE-E” onde pudemos contar com o expressivo trabalho de vários acadêmicos.

A parceria UFPel/PMJ já havia iniciado antes de 1991, mas foi com este convênio que as atividades se desenvolveram por mais tempo e intensidade, quando uma equipe da UFPel se deslocava uma vez por semana a Jaguarão e desenvolvia o Programa. Muitas outras atividades paralelas decorrentes foram surgindo e sendo colocada em prática como palestras, exposições, debates sobre a questão Preservação do Patrimônio Paisagístico-Cultural de Jaguarão.

A oportunidade de reeditar nosso trabalho trouxe à tona um velho sonho de, graças aos avanços tecnológicos, poderemos juntar os desenhos e os textos que inicialmente estavam em volumes separados. Maurício gostaria muito de ver esta realização, afinal foi um trabalho que demandou muitas horas de labuta quase insana, chegamos a ser chamados de “frades beneditinos” pelo professor historiador Cléo Severino. Trabalho que demandou uma boa equipe de estudantes de arquitetura e de arte, verdadeiras formigas que fizeram a sua parte para que Jaguarão pudesse ter um esboço de uma proposta de preservação.

É claro que não se esgotam nesta obra as muitas ações que uma atitude preservacionista requer, mas temos a consciência de que nossa contribuição permitirá aos nossos seguidores bases para suas propostas vindouras.

Agradecemos a todos de Jaguarão que abriram suas portas, gentilmente cederam seus arquivos e nos acolheram para que pudéssemos realizar tal tarefa. Não foi em vão, podem estar certos disto!

Para uma boa leitura do PRIJ.

A leitura do Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão é um convite a reformular valores. Entre eles, a importância que damos à substância construída de nossas cidades. O PRIJ reflete bem a idéia, hoje mais difundida do que à época de sua proposição, em 1992, de que as cidades precisam cuidados permanentes, como organismos vivos. A sobrevivência de um ser vivo depende de como ele resiste às agressões provocadas pelas intempéries, assim como dos cuidados com sua preservação. Aí temos a idéia de programa.

A preservação não é algo que possa ser feito sem ordem e coerência. Um programa discrimina no tempo e no espaço da cidade as partes de que esse todo se compõe. E é um todo que se pretende revitalizar.

Reconhecer o alcance das diferentes ações possíveis com a cidade, assim como as particularidades de suas edificações e espaços é o que possibilita propor modos específicos de enfrentar os problemas urbanos, consequências do desgaste material e das modificações da vida social. A revitalização, outra palavra-chave deste trabalho, visa uma das questões mais importantes de nossa

época, que é a possibilidade permanente de perda de memória da cidade. Uma cidade sem memória não está mais viva completamente, não pode se recriar, de modo muito semelhante a um ser humano. Um programa de revitalização precisa, portanto, abranger a memória.

Memória e integração, no espaço e no tempo, são conceitos fundamentais da arte de construir e preservar cidades, que o PRIJ relaciona com mestria exemplar.

Há componentes do meio urbano que são integrados entre si no espaço urbano, e mesmo assim mantêm seu valor de coisas únicas. O espaço urbano consegue ser um todo integrado pela aparência externa das edificações, pelos modos de construir, pelos usos, mas especialmente pelas normas de convivência que cada componente do todo consegue estabelecer com os demais. O mais difícil é integrar no tempo. Por isso precisamos da memória. Somente ela consegue reunir os diferentes tempos que a cidade viveu, numa experiência viva, orgânica, com os tempos que ainda estão por acontecer.

Desse modo, o Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão consiste num instrumento de auxílio ao

trabalho com a memória da cidade, dedicado especialmente àqueles que têm a atribuição e responsabilidade de zelar por ela, de conciliar seus tempos entre si. É na possibilidade da integração dos tempos da cidade, nos encontros entre as gerações que se sucedem, que a memória torna-se um valor. É quando a revitalização pode começar.

O PRIJ possibilita o entendimento dessas questões e lhes dá um programa. Mas também lembra o cuidado com as coisas únicas da cidade. A própria totalidade urbana de Jaguarão é uma coisa única, precisando de cuidados permanentes.

Além do mérito do trabalho há mais um aspecto a destacar nesta reedição do PRIJ. Ele mesmo converteu-se em parte da memória e da história da consciência da preservação no Sul do Brasil. Sua retomada demonstra que essa consciência cresceu e que é um componente necessário de nossa cultura arquitetônica e urbanística. Assim, a leitura do PRIJ deverá tocar em nossos valores mais caros, que compõem uma tradição, o que interliga as gerações.

Sylvio Arnaldo Dick Jantzen



Introdução

A cidade de Jaguarão tem uma memória arquitetônica invejável, sem similar em número e estado de conservação no Rio Grande do Sul. Um grande patrimônio de construções da segunda metade do século XIX e início do século XX, com exemplares de várias linguagens arquitetônicas. Um acervo que merece o cuidado da preservação como um todo. Diversos sítios como este já perderam a unidade e a harmonia por não acordarem antes do “boom” da construção civil. Atualmente as questões de preservação do patrimônio arquitetônico são de “como preservar o que resta”, mas no caso de Jaguarão comenta-se a beleza do conjunto arquitetônico que a cidade possui.

Por outro lado, a integração advinda do MERCOSUL não deve resumir-se a meras questões econômicas e políticas, mas sim favorecer-se com a integração e a identidade cultural da região. Um dos caminhos que devemos abordar é o do turismo, onde nossos irmãos de língua espanhola estão bem mais desenvolvidos.

Jaguarão por ter as características já citadas possui um rico veio para um grande investimento neste campo. A localização da cidade, sua ligação com a Lagoa Mirim através do Rio Jaguarão e

com a Laguna dos Patos, cria um canal de integração fluvial com vários municípios, tanto no Brasil como no Uruguai; a proximidade com a fronteira, que fortalece a identidade cultural da região e a proverbial amizade entre seus habitantes, são apenas alguns aspectos que levam Jaguarão a ser considerada uma cidade atraente sob o ponto de vista do turismo.

O *Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão – PRIJ* - lança uma proposta de preservação do patrimônio cultural local bastante abrangente, pois entende que a conservação de bens culturais deve ser “*integrada*”, isto é, não só de responsabilidade do poder público e órgãos competentes, mas também da comunidade e da iniciativa privada. Além disto, é necessária a integração de fatores políticos e sócio-econômicos, que criem inter-relações nas diversas instâncias, possibilitando a viabilização de uma política preservacionista amparada num programa de educação patrimonial.

O **PRIJ** determina uma série de instrumentos urbanísticos e detalha critérios de análise do acervo arquitetônico, baseado no cadastramento do *Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade de Jaguarão – IPACJ* - para orientação das obras de conservação e intervenção nas

Zonas de Preservação, concedendo ainda níveis de isenções tributárias conforme a caracterização dos imóveis.

Esta proposta vem ao encontro da revisão do plano diretor existente, feito pela SDO/SURBAM em 1978, dentro da ideologia racional-funcionalista, que priorizava a concentração urbana na área central da cidade, considerada no Inventário do Patrimônio Arquitetônico como setor C, situação que foi agravada com as várias modificações, acrescidas com o passar dos anos, sem conter uma análise das projeções propostas nem da necessidade real do crescimento urbano local. Apesar do Plano prever a preservação da paisagem urbana local esta resume-se apenas ao entorno da Praça Dr. Alcides Marques, por ser o núcleo inicial

da cidade, desconsiderando-se outras áreas representantes de outros períodos históricos.

Com este trabalho estamos propondo uma visão orientada sobre como entender o patrimônio arquitetônico da cidade de Jaguarão e de como preservá-lo. Mas para tanto, a comunidade jaguarense precisa tomar conhecimento desta causa e discuti-las o bastante, para chegar ao consenso, no sentido de para onde conduzir o desenvolvimento de sua cidade sem prejudicar o seu valioso acervo.

O **PRIJ** tem como princípios norteadores da sua ideologia preservacionista cinco itens do *Manifesto de Amsterdam* (52) relativos à “*Conservação Integrada*”, juntamente com os dez itens da *Carta de Veneza* (55).

Manifesto de Amsterdam

- I – A “conservação integrada” conclama à responsabilidade os poderes locais e apela para a participação dos cidadãos;
- II – A tomada em consideração dos fatores sociais condiciona o resultado de toda política de conservação integrada;
- III – A conservação integrada exige uma adaptação das medidas legislativas e administrativas;
- IV – A conservação integrada exige medidas financeiras apropriadas;
- V – A conservação integrada apela para uma promoção de métodos e técnicas e aptidão profissional unida à restauração e à reabilitação.

Recomendações da Carta de Veneza

- I – O monumento é inseparável do meio que o produziu;
- II – A conservação e a restauração devem estar baseadas em especialistas de todas as áreas;
- III – O uso do edifício quando correto conserva-o e sua utilização não pode alterar a disposição dos elementos que o compõem;
- IV – Atualmente nem só as técnicas tradicionais são perfeitas; deve-se buscar “técnicas modernas” desde que comprovada sua eficácia;
- V – A restauração tem caráter excepcional. A restauração não deve falsificar o documento de arte e de história;
- VI – As contribuições de todas as épocas devem ser respeitadas;
- VII – A remoção total ou parcial de um monumento não pode ser tolerada, salvo se sua preservação assim o exigir;
- VIII – A preservação do monumento implica na da moldura original;
- IX – O agenciamento de ruínas e as medidas necessárias à conservação e à proteção permanente dos elementos arquitetônicos, assim como dos objetos descobertos serão assegurados;
- X – Os trabalhos de conservação, restauração e de escavação serão sempre acompanhados de uma documentação precisa sob a forma de relatórios analíticos e críticos ilustrados com desenhos e fotografias.

É de importância também as recomendações constantes na **Carta de Porto Alegre**, resultante do Iº Congresso Latino-Americano sobre a Cultura Arquitetônica e Urbanística, realizado em Porto Alegre em junho de 1991.

Carta de Porto alegre

“Os participantes do Congresso, considerando a necessidade de:

- que a preservação do patrimônio cultural e ambiental seja compreendida como condição fundamental para o desenvolvimento social e econômico dos países latino-americanos;*
- ampliar a consciência da importância do patrimônio cultural e ambiental e a formação de quadros profissionais à altura das tarefas de preservação;*
- formulação de uma teoria da arquitetura latino-americana que permita suportar uma produção comprometida com o espírito do lugar e o espírito de nosso tempo;*
- a atualização e aperfeiçoamento das legislações de proteção aos bens culturais e ambientais de cada país;*
- que instrumentos legais de proteção sejam definitivamente compromissados com o planejamento urbano;*
- que os planos de desenvolvimento urbano não sejam projetos que induzam à substituição do patrimônio construído.*

Assim, os congressistas propõem que:

- os governos municipais estabeleçam legislações que induzam a permanência do patrimônio construído e a sua reabilitação com vida útil, desestimulando a substituição especulativa;*
 - as ações de planejamento urbano tenham como premissa o conceito de que toda a cidade possui um patrimônio construído de valor cultural e ambiental a preservar;*
 - as ações de planejamento urbano sejam realizadas por equipes das quais participem obrigatoriamente técnicos de preservação que assegurem o controle das políticas de substituições;*
 - que as instituições públicas responsáveis promovam campanhas sistemáticas de sensibilização para os valores culturais da nacionalidade através de todos os meios de comunicação;*
 - sejam introduzidas no ensino básico elementos formadores de uma consciência preservacionista dos valores culturais”.*
-

Considerações

O Programa de Cidades Históricas – **PCH** - (74) proposto pelo então SPHAN/pró-Memória, desenvolvido nos anos 1970 e transformado no ano de 1986 em Programa de Revitalização de Núcleos Históricos – **PRNH**, enfatizava o seguinte:

“A abordagem dos problemas relativos à preservação das cidades históricas no Brasil, que de início atendia a propostas de restauração de monumentos isolados, evoluiu para uma estratégia de atuação que considera os conjuntos de monumentos como parte integrante do contexto urbano ao qual pertencem.

Assim, a preservação de patrimônio em áreas históricas, tornou-se fator de harmonização e promoção do desenvolvimento urbano, compatibilizando os interesses de crescimento ou transformação com as raízes culturais que lhe dão origem.”

A respeito da relevância de ser feito um inventário ou cadastro de documentos, que fornecem informações sobre as características físicas e históricas dos monumentos e não do conjunto do patrimônio arquitetônico das cidades brasileiras, o **PRNH** enfatizava também que somente este procedimento não era suficiente; impunha-se uma ação integra-

da com várias medidas, como a criação de zonas de preservação com base no conceito de *Patrimônio Ambiental Urbano* que parte do rompimento com a visão monumentalista de preservação e propunha um procedimento que incorporava ao monumento isolado o seu entorno imediato, o que conduz a uma relação entre preservação e mecanismos de organização das cidades, como legislação e uso do solo, planos de desenvolvimento, planos de circulação e transporte e demais instrumentos utilizados pelo setor público para orientar o desenvolvimento das cidades.

Justificativas

Baseado nas conceituações postas acima sobre o Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos - **PRNH**- (73) e partindo da experiência anterior do *Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade de Jaguarão* – **IPAJC** - efetivado em 1987, cuja análise tratou da evolução urbana da cidade, das características tipológicas e linguagens formais das construções cadastradas, propõe-se o *Programa de Revitalização*

Integrada de Jaguarão – **PRIJ** - criando uma série de instrumentos urbanísticos, com vistas não só à preservação de objetos arquitetônicos, como também à preservação da paisagem urbana natural técnica e cientificamente analisada no referido inventário.

O **PRIJ**, atendendo às prerrogativas do Artigo 176 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989, entende que a manutenção da qualidade de vida

do espaço coletivo construído é uma função social a ser atendida pela propriedade urbana, a qual, dentro da ótica preservacionista, deve ser feita através de instrumentos urbanísticos que permitam uma orientação do uso do solo e da volumetria no sentido da regulamentação da intensidade construtiva, bem como da conservação do patrimônio construído, ainda sólido, dentro de suas características tipológicas e linguagens formais de origem.



Especificação do Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão

**Regulamentação do Inventário
do Patrimônio Arquitetônico**

Colégio Estadual Carlos Alberto Ribas

Foto: Bruno Ongaratto

Caracterização do Inventário

O *Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade de Jaguarão - IPACJ* - (63) é um dos objetivos propostos pelo Projeto Jaguar, quando da sua divulgação em 1983:

“- Conservar e manter as características das construções físicas da comunidade que, algumas isoladamente e outras pelo conjunto arquitetônico, remontam ao passado histórico e caracterizam a função

já desempenhada pela comunidade.

- Listar, ordenar e qualificar os prédios.

- Orientar as reformas que se fizerem necessárias. ...”

Constitui-se o **IPACJ** com o cadastro técnico dos prédios em fichas, realizado conjuntamente pelas instituições Prefeitura Municipal de Jaguarão – **PMJ**, Universidade Federal de Pelotas – **UFPeI**

e Fundação Nacional pró-Memória – **SPHAN/pró-Memória – 10ª D.R.**, reconhecendo-se o livro original composto de oito volumes, sendo que dois deles correspondem ao cadastro do setor A, dois ao setor C, e os outros seguintes aos setores B, D, E, e F respectivamente, e que se encontram sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade de Jaguarão – **IHGCI**.

Metodologia Utilizada no Inventário

O Inventário do Patrimônio Arquitetônico consiste de uma pesquisa e um levantamento de objetos arquitetônicos, cujas características tipológicas e linguagens formais possibilitam o conhecimento de um contexto que tenha agenciamentos originais, detectando edificações sobreviventes, com o fim de serem retiradas medidas de intervenções segundo critérios de preservação.

O método utilizado no Inventário do Patrimônio Arquitetônico compreende a subdivisão da área urbana em setores, cadastramento em fichas e fotos,

pesquisa histórica da cidade e da região e análise do material coletado, resultando em uma proposta de leitura da paisagem urbana em módulos.

A setorização foi feita a partir da observação da evolução urbana da cidade.

O cadastro do Inventário do Patrimônio Arquitetônico está registrado em fichas contendo itens que observam:

- dados gerais da construção;
 - situação e ambiência;
 - aspectos arquitetônicos;
 - dados históricos;
- com a finalidade de armazenamen-

to de dados e posterior análise.

O Inventário do Patrimônio Arquitetônico divide a planta urbana em setores (conforme mapa na página 19) para uma melhor viabilização do cadastro. Além disso, o **IPACJ** (63) determina a formação de módulos (núcleos urbanos), constituídos a partir da expansão do núcleo original, em um procedimento segundo critérios de análise, a saber: período histórico, características tipológicas, elementos formais e linguagens formais, densidade de exemplares por zona e função original do prédio.

Especificação dos Critérios de Análise

O Decreto-Lei nº. 25 de 30/11/37 (74) define o Patrimônio Histórico como o conjunto de bens móveis e imóveis, cuja conservação seja de interesse público, quer por seu excepcional valor arqueológico e etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Existe uma pluralidade de valores a serem considerados que fazem de uma obra de arquitetura ter maior ou menor valor: valor documentário, quando traduz uma época; valor artístico, quando inova conceitos de arte; valor social, quando tenha sido causa ou efeito de um determinado fenômeno social. Além disso, ela pode ser a causa desencadeadora em uma outra região e ter um valor máximo e na sua de origem não ter valor

algum, inclusive novas intervenções podem aumentar ou diminuir seu valor.

O significado histórico-cultural de uma obra arquitetônica está ligado a vários fatores que a produziram como:

- contexto histórico (história e evolução urbana da cidade);
- característica tipológica (função, implantação no terreno, materiais e técnicas do edifício);
- linguagem formal (“estilo”, elementos formais e ornamentos).

Portanto, para serem considerados prédios de valor, na ideologia preservacionista, deverá haver uma sincronia entre as características tipológicas, linguagens formais e a época de construção com seu tempo histórico.

Período Histórico

Um dos critérios utilizados na classificação dos módulos é o período histórico (tempo/época de construção); sua subdivisão consiste em datas e épocas históricas relevantes que influenciaram na produção arquitetônica local.

Colonial

1800/1822

- 1790** - requerimentos de sesmarias na costa do Rio Jaguarão e Lagoa Mirim;
- 1801** - guerra entre as Coroas de Espanha e Portugal;
 - instalação da *Guarda da Lagoa e do Cerrito*, com a finalidade de proteção da fronteira, sendo comandante Manuel Marques de Souza;
- 1801/12** - Jaguarão pertencia ao município de Piratini;
- 1802** - Rua da Casa da Residência (residência do comandante);
- 1808** - chegada da Família Real (D. João VI). Criação de uma infra-estrutura administrativa baseada em uma monarquia autoritária e centralizadora;
- 1811/13** - reclamação da Viscondessa de Magé pela propriedade onde instalase a Freguesia;
- 1812** - *Freguesia do Espírito Santo de Jaguarão*, em 31 de Janeiro;
- 1813/14** - Provisões Régias de demarcação dos limites da municipalidade. Mapa de Maurício Inácio da Silveira;
- 1814/22** - concessão de chácaras suburbanas de pouca extensão;
- 1815** - **1ª planta urbana**. Iniciativa do Comandante da Guarda. Levantada por João Vieira de Carvalho (aproximadamente 1810);

- 1820/25** - Província Cisplatina (possessão portuguesa da Banda Oriental);

Neste período a economia do município baseava-se em atividades pastoris e comerciais;

- 1822** - Independência do Brasil, desagregação do sistema colonial.

Imperial

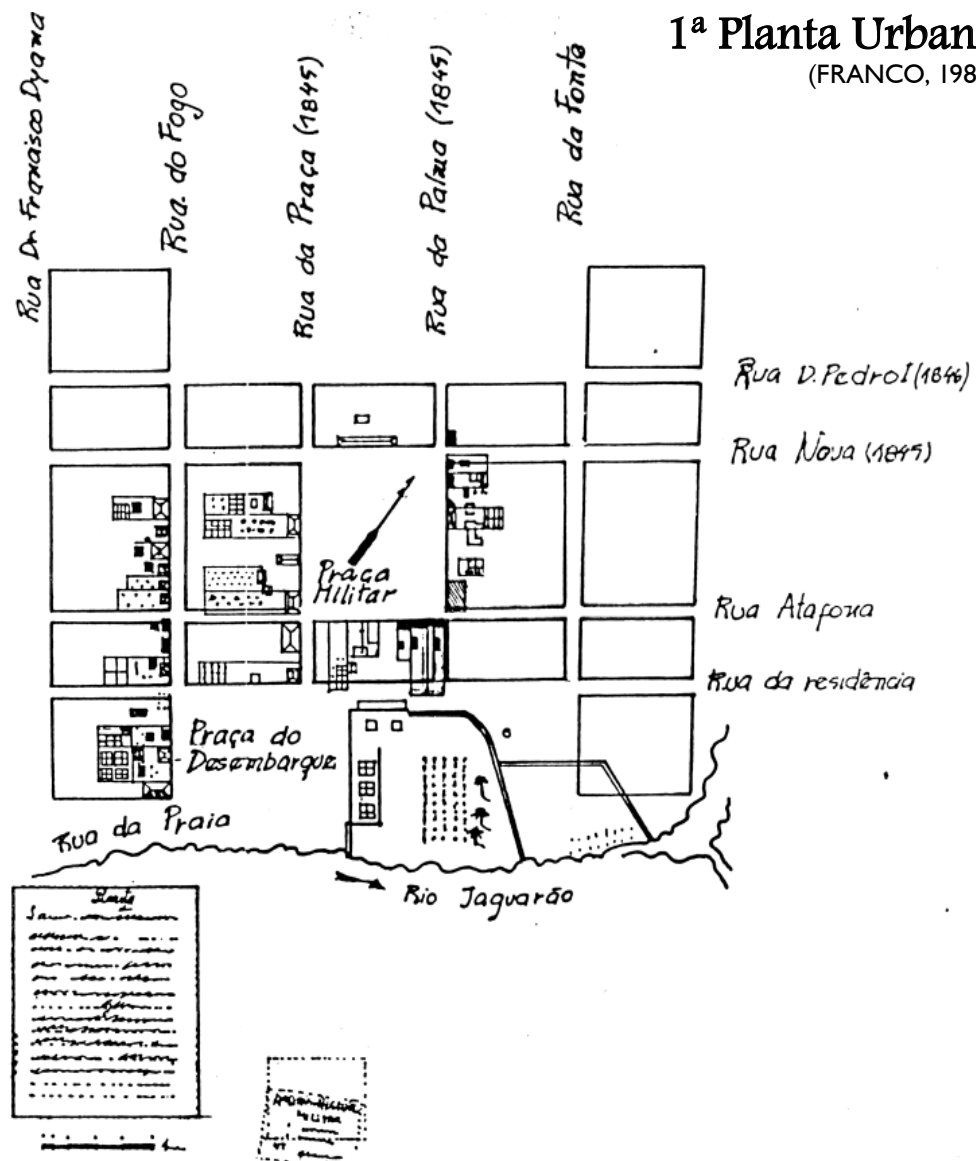
1ª Fase ~ 1822/1850

- 1822** - o fato da “independência” foi mera transformação política, exigência do liberalismo inglês para dar fim ao monopólio da Coroa Portuguesa, mesmo assim permanecia intocável o escravismo, alicerce da acumulação do capital;

Com a independência, o regime passa a ser imperial, mantendo-se através de uma monarquia centralizadora e autoritária, o que passa a gerar uma série de conflitos entre o poder central e as províncias longínquas;

- 1825** - fim da Província Cisplatina/ Guerra Cisplatina;
- 1828** - independência do Uruguai (“estado tampão”);
- 1831** - abdicação de D. Pedro I (Regência Trina);
- 1832** - elevação da Freguesia à *Vila do*

1ª Planta Urbana (FRANCO, 1980)



Planta da Guarda do Serrito em 1815.

Período Histórico

Espírito Santo de Cerrito (12º município da Província de São Pedro do Rio Grande);

1833 - criação da Câmara Municipal;

- população 5.457 habitantes;

1835/1845 - Revolução Farroupilha;

- idéias federativas e republicanas;

- ligações com o Rio da Prata;

- Província de São Pedro sobretaxada pelo Império na produção de charque;

- comandante da fronteira Cel. Bento Gonçalves da Silva;

- presidente da Câmara Municipal Manuel Gonçalves da Silva;

1840 - golpe da maioria de Dom Pedro II;

1845 - paz de Ponche Verde. Duque de Caxias, Presidente da Província.

Os presidentes das províncias eram indicados pelo governo central, na época havia o domínio da aristocracia cafeeira.

7.600 reses/ano;

- elevação da Vila à categoria de Cidade, Lei Provincial de nº. 322 de Novembro/23, sendo a 5ª cidade da província, pertencendo-lhe as Freguesias do Herval e de Arroio Grande;

- Câmara Municipal passa a conceder os terrenos da Municipalidade;

- epidemia de Cólera Morbus;

1856 - eliminação das trincheiras na rua do mesmo nome (1846), atual Odilo Marques Gonçalves;

- construção do cais;

1858 - população de 12.999 habitantes (5.056 negros);

1865 - invasão dos “blancos” (Basílio Munoz) em 27/Janeiro – “Cidade Heróica”;

1865/1870 - Guerra do Paraguai/ Tríplice Aliança (Brasil/ Uruguai/ Argentina);

1871 - Soc. Emancipadora Jaguareense;

- 1872 – 1636 escravos/ 1877 – 142 escravos;

- Códigos de Posturas (“décima urbana”);

1874 - fica suspensa a navegação através da Lagoa Mirim nos rios uruguaios Tacuari e Cebollaty;

1882 - Clube Republicano - Manuel de Deus Dias e Carlos Barbosa Gonçalves;

Imperial 2ª Fase - 1850/1890

1851 - Câmara Municipal compra o terreno da atual prefeitura para sua instalação;

1854 - existiam 9 charqueadas abatendo 4.100 reses/ano;

1855 - existiam 7 charqueadas abatendo

1883 - Jaguarão 4ª cidade da província;
- população entre 10.000 e 12.000 habitantes;

1884 - instalação da ferrovia Rio Grande/Bagé;

1885/86 - calçamento de ruas com macadame (10 metros de largura) e passeios públicos (1,75 metros de largura) com lajes de grês e ladrilhos hidráulicos (“cidade velha”);

1888 - abolição da escravatura “Lei Áurea” – 13 de Maio;

1889 - Proclamação da República – 15 de Novembro;

1890 - população 10.761 habitantes.

Últimas décadas do século XIX – fase áurea da construção civil na cidade de Jaguarão.

Final do século XIX – intensifica-se a imigração no estado.

Republicano 1ª Fase ~ 1890/1930

1891 - 1ª Constituição do Brasil, idéias positivistas (Auguste Comté);

1891/98 - Júlio Prates de Castilhos, Presidente da Província do Rio Grande do Sul;

1893/95 - Revolução Federalista;

1898 - Código de Posturas – regulamentação das dimensões dos vão;

ocupação do terreno; áreas de iluminação e ventilação; áreas mínimas; proporção entre altura das fachadas e largura das ruas e colocação de letreiros;

Mapas de 1897 (propriedades rurais); 1898 (planta urbana) existentes no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão - IHGJ.

1900 - tratado de condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão (Barão de Mauá);

1908/13 - Presidente da Província Carlos Barbosa Gonçalves;

1910 (aprox.) - reurbanização da “cidade nova” (avenidas mais largas com arborização)

- 1922 - nova urbanização;

1914/17 - 1ª Guerra Mundial;

1917 - Código Civil Brasileiro;

1922 - Semana de Arte Moderna;

1923 - Revolução de 23 (Assis Brasil);

1924 - Coluna Prestes (militares da região das Missões);

1928/30 - Presidente da Província Getúlio Dornelles Vargas;

1928 - Partido Libertador, idéias federalistas (Getúlio Vargas);

1930 - Revolução de 30 – Getúlio Vargas, Presidente do Brasil;

- inauguração da Ponte Internacional Barão de Mauá (1ª ponte binacional).



Republicano 2ª Fase 1930/1945

1930/45 - Ditadura Vargasista (Getúlio Vargas Presidente do Brasil);

1931/37 - Flores da Cunha interventor no Rio Grande do Sul;

1932 - inauguração do ramal da estrada de ferro para Jaguarão (VFRGS);

1935 - criação do sistema de esgoto (Pref. João Alêncio de Azevedo);
- “Intentona Comunista” (levante armado nos quartéis);

Período de grandes transformações sociais, criam-se indústrias estatais, legislações trabalhistas (CLT) e infra-estrutura de prestação de serviços.

1937 - “Estado Novo” ou República Nova” – Plano Cohen;
- Constituição de 1937 (reformas administrativas);
- Decreto-Lei nº. 25 de 19/Novembro de 1937 (institui a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional);

1939 - 2ª Guerra Mundial;

1942 - Brasil entra na guerra;

1945 - fim da guerra; Vargas é deposto.

Republicano 3ª Fase 1945/1970

1945 - 1ª Constituição Social do Brasil;

1947 - Plano Salte – assistência recípro-

ca entre Brasil e EUA;

1951/54 - Getúlio Vargas - Presidente do Brasil (populismo);

1955 - assume Juscelino Kubitschek (JK)
– plano de metas; 50 anos em 5 (desenvolvimentismo);

1958 - Leonel Brizola - Governador do Rio Grande do Sul;

1960 - fundação de Brasília (Distrito Federal);

1961 - assume Jânio Quadros/ após parlamentarismo;

- (agosto) assume João Goulart (campanha da legalidade – Brizola);

1963 - fim do parlamentarismo;

1964 - golpe militar ou “Revolução Redentora” – início da ditadura;
- início da entrada maciça de capital estrangeiro;

- Jaguarão – “Área de Segurança Nacional”;

1967 - Constituição de 1967;

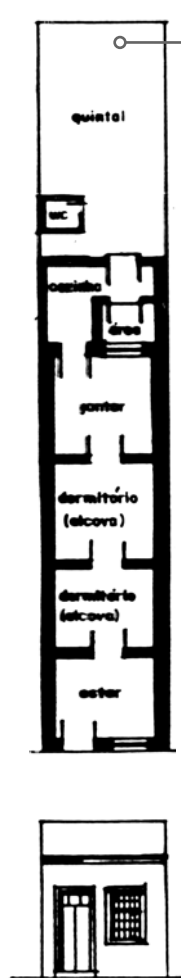
1968 - Ato Institucional nº. 5 - fechamento do Congresso.

Período de obras faraônicas, de torturas e perseguições políticas, criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e das cooperativas de habitação (COOHABs), das superintendências de desenvolvimento (SUDESUL, etc.).

Características Tipológicas

Segundo Lemos (45) “Arquitetura seria toda e qualquer intervenção no meio ambiente, criando novos espaços, quase sempre com determinada intenção plástica, para atender à necessidades imediatas ou à expectativas programadas e caracterizada por aquilo que chamamos de **partido**. Que seria uma consequência formal determinada de uma série de condicionantes ou determinantes; seria o resultado físico da intervenção sugerida.”

O critério **Características Tipológicas** ou partido arquitetônico é definido pelos tipos construídos, condicionados pela testada do lote (conforme parcelamento de solo na época da construção), pela distribuição do programa de necessidades em planta (refletindo-se na fachada e na volumetria), pela função do prédio, pelas condições financeiras do proprietário, pelos Códigos de Posturas da época de construção, pelas técnicas, pelo clima, topografia e situação no lote.



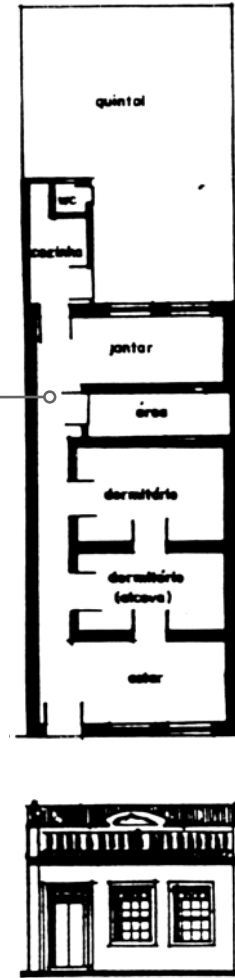
Casa de Porta e Janela

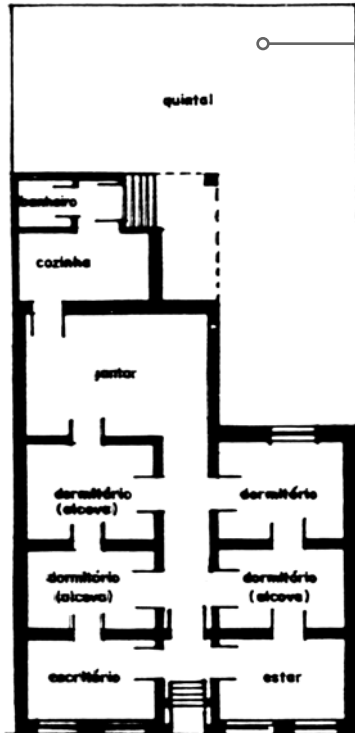
É um tipo de construção frequente na cidade, que se caracteriza pela pouca largura do lote e pela presença na fachada de uma porta e uma janela, de onde deriva a denominação. A ocupação no terreno é de toda a testada do lote e com pátio nos fundo (quintal).

Casa de Corredor Lateral

É um tipo de construção também frequente na cidade, resultante de uma planta em corredor lateral, que distribui os compartimentos internos em fita; caracteriza-se por uma fachada com porta lateral e duas ou mais janela. Por vezes, na linguagem eclética, este tipo de casa é geminada a outra, gerando uma composição de fachada conjunta, com simetria marcada por um frontão, em uma busca de impor-se na paisagem da rua como um único casarão.

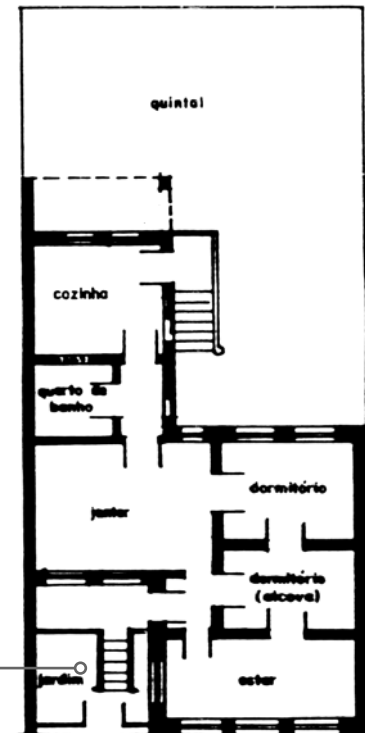
No caso da fase eclética, possuem porão elaborado, estudo de composição, com divisão através de pilastras e ornamentos.





Casa de Corredor Central

Edifício térreo, resultante de uma planta com corredor central, cuja composição de fachada caracteriza-se por uma porta central e duas, três ou mais janelas para cada lado. São casas que ocupam um lote maior e, pelas suas proporções, dimensões e ornamentos, são representativas de uma classe social privilegiada, as quais, por sua vez, serviram de modelo para os demais tipos.

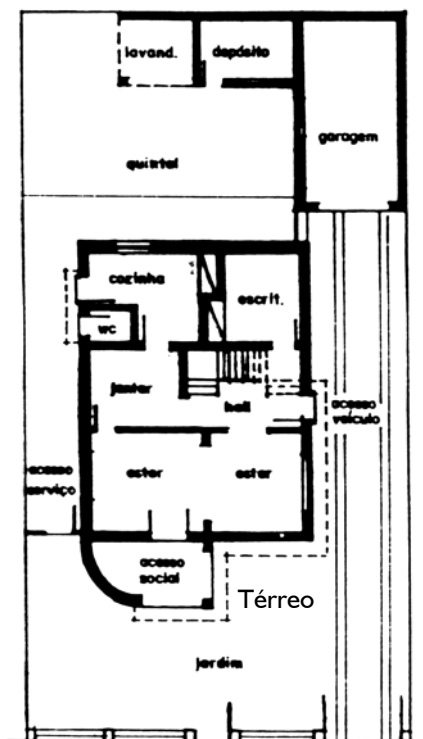


Casa com Entrada Lateral

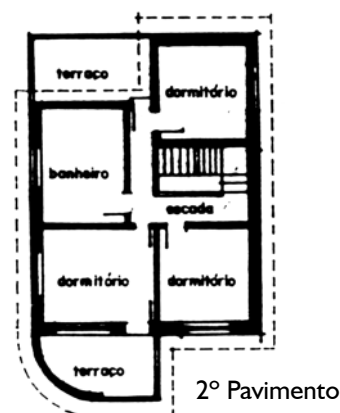
Tipo de construção que surge a partir de uma nova implantação da casa no lote (ecletismo), com afastamento em uma das divisas laterais, onde surge um jardim.

A entrada da casa passa a ser pelo jardim, em geral, através de uma varanda e por meio de escadas. O esquema da composição da fachada voltada para a rua é feito pelo ritmo das janelas.





Casa Isolada

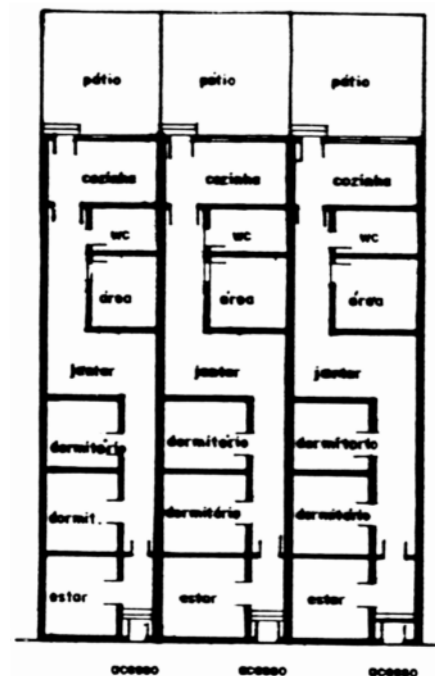


Tipo que surge mais tardiamente, quando a casa passa a ocupar o centro do lote, com afastamento em todas as faces.

Assim, surge uma maior liberdade da disposição em planta. Contudo, os esquemas de composições desses casarões seguem o modelo de fachada principal, com porta central ou entrada lateral, alpendre e escada. A linguagem modernista utiliza este tipo de implantação no lote.

Construções em Série

Diz-se assim às construções semelhantes repetidas continuamente por 2, 3 ou mais vezes num ritmo constante. A cobertura destas também é contínua.

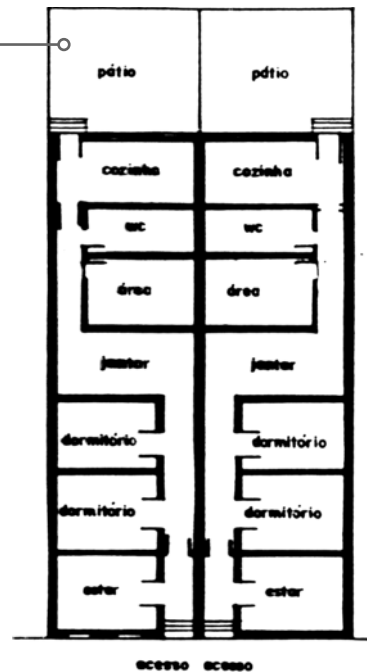


Construções Geminadas

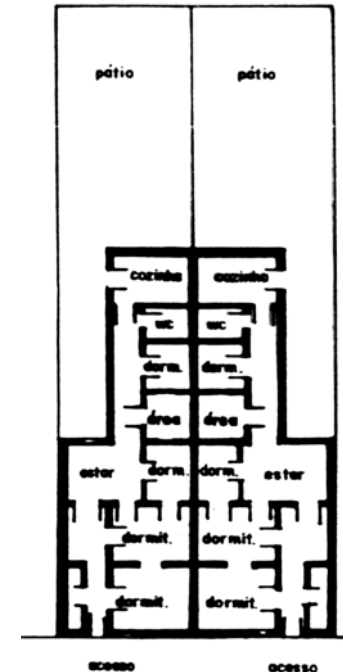
Acontece em casas de corredor lateral e costuma-se dizer, nestes casos, que as construções estão rebatidas ou são simétricas. As plantas apresentam simetria, podendo os acessos estar localizados no centro ou nas pontas. No primeiro caso, acima dos acessos a fachada recebe um frontão, que a primeira vista faz parecer que o conjunto trata-se de uma casa de corredor central.

Outra característica em planta é de que as áreas de iluminação e ventilação das duas construções estão lado a lado e o muro divisório, mais baixo, não impede a passagem do sol, ampliando assim a insolação das fachadas internas que dão para as áreas.

A cobertura destas construções é contínua, permitindo a comunicação entre os telhados.



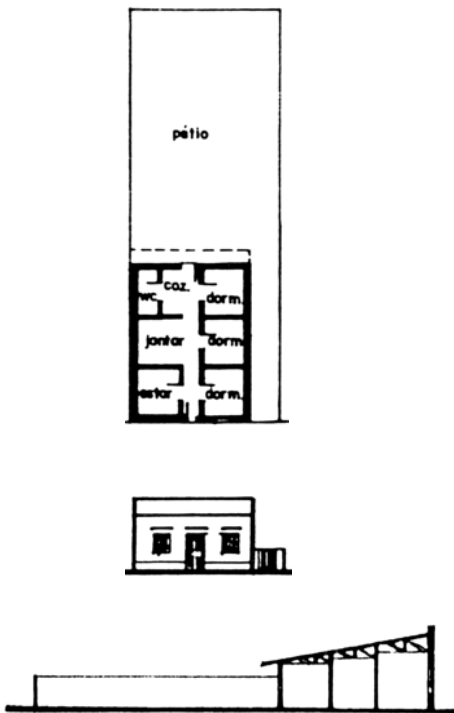
Acesso no centro



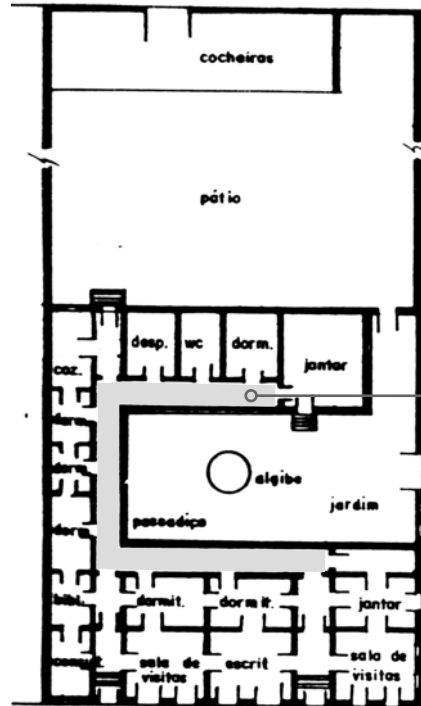
Acesso nos cantos

“Cachorro Sentado”

Construção popular cuja característica principal consiste na cobertura em uma única água, cujo caimento é da frente do lote para os fundos. Por causa disso o pé-direito das peças vai diminuindo à medida que se chega aos fundos da casa.



Lote de Esquina



Geralmente construções de grandes proporções cuja fachada frontal, de menor largura, situa-se para a rua principal e a outra fachada, mais extensa, volta-se para a rua secundária.

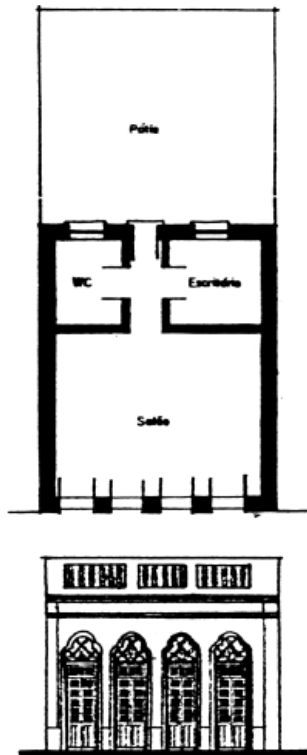
Estes lotes demarcavam os quarteirões e recebiam os grandes casarões, entre eles situavam-se lotes mais estreitos com casas mais simples.

Passadiço

Particularidade de determinadas características tipológicas que possuem programas de necessidades mais complexos, principalmente as de corredor lateral, central ou lotes de esquina, geralmente implantadas no alinhamento. Consiste num corredor ao longo de várias dependências de uma mesma construção, com fechamento envidraçado, devido ao clima frio e ventoso, protegendo a circulação interna da casa e separando-a do pátio central que a circunda. Nestes é comum a localização dos aljibes (cacimbas). Quanto aos aljibes, estes são coletores, principalmente, de águas pluviais, constituídos de um grande reservatório no subsolo e um local amurado que circunda a abertura superior, onde existe um suporte de ferro para o sistema de balde, corda e roldana para a retirada da água.

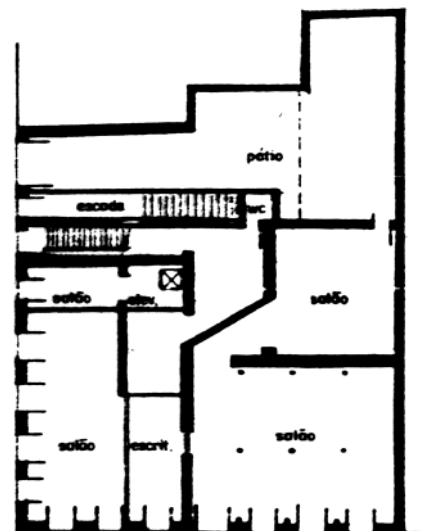
Comercial

Tipo de edifício frequente, cuja composição de fachada é determinada pelo ritmo de várias portas. Aparece nas casas térreas ou sobrados das linguagens formais do colonial e de transição para o ecletismo historicista.

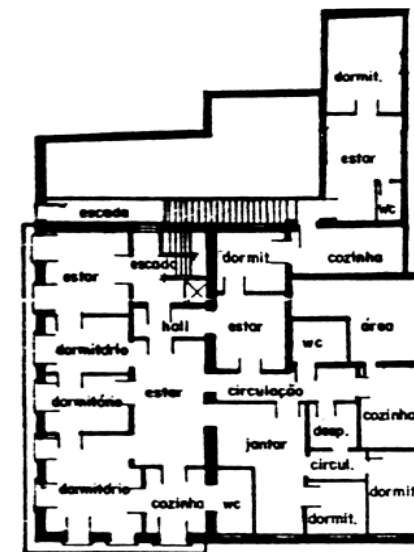


Sobrado

Edifício com dois ou três pavimentos. O esquema de composição de fachada é variado, de acordo com a ocupação do térreo; normalmente não possui pórtico, sendo que o piso térreo era utilizado para serviço ou comércio e o segundo para a residência.



Pavimento Térreo - Comercial

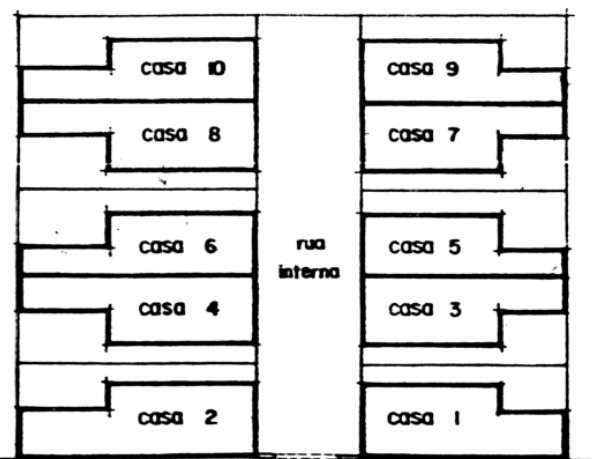


2º Pavimento - Residência

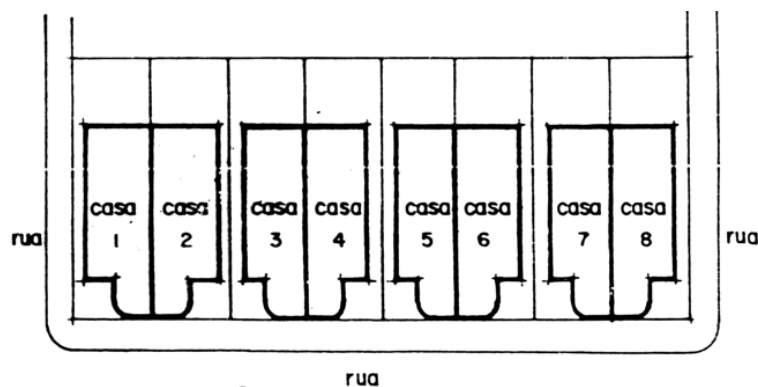
Vilas

Conjuntos de casas semelhantes construídas no interior de um terreno, o qual contém uma entrada que comunica a via pública à via interna, para a qual as casas estão voltadas. Pode haver variação no tamanho e disposição dos lotes e das casas, conter jardins, praças e equipamentos de uso coletivo, ou até mesmo não ter a rua interna.

Quanto ao agente de produção, as vilas podem ser produto de proprietários particulares ou de serviços habitacionais públicos. E, quanto à destinação, podem ser para locação ou aquisição da casa própria.



Vila com rua interna



Vila para via pública

Público

Classe especial de edifício, de caráter público, grandes proporções, geralmente monumentais, e com variados esquemas de composição de acordo com a função a que se destinam. Aparece desde a época colonial.

Elementos de Composição Formal

São elementos semânticos que compõem o discurso estético da edificação. Segundo Platão, citado por Lemos (45), *“A arquitetura e todas as artes manuais implicam numa ciência que tem, por assim dizer, sua origem na ação e produzem coisas que só existem por causa delas e não existiam antes”*. Juntamente a esta citação há uma outra de Aristóteles sobre arquitetura: *“resultado de certo gênero de produção esclarecida pela razão”*, nos levando a raciocinar que determinadas leis regem a composição formal de uma edificação. Estas regras foram pesquisadas e registradas por Vitrúvio, que coloca três aspectos: SOLIDEZ, UTILIDADE e BELEZA e propõe seis divisões na sua visão de arquitetura:

Ordenação (*Ordinatio*) – dimensionamento justo das partes que compõem o edifício.

Disposição (*Dispositio*) – arranjo conveniente de todas as partes e onde são considerados os critérios de composição.

Euritmia (*Eurytmia*) – termo não muito claro, mas supõe-se que seja equivalente a harmonia.

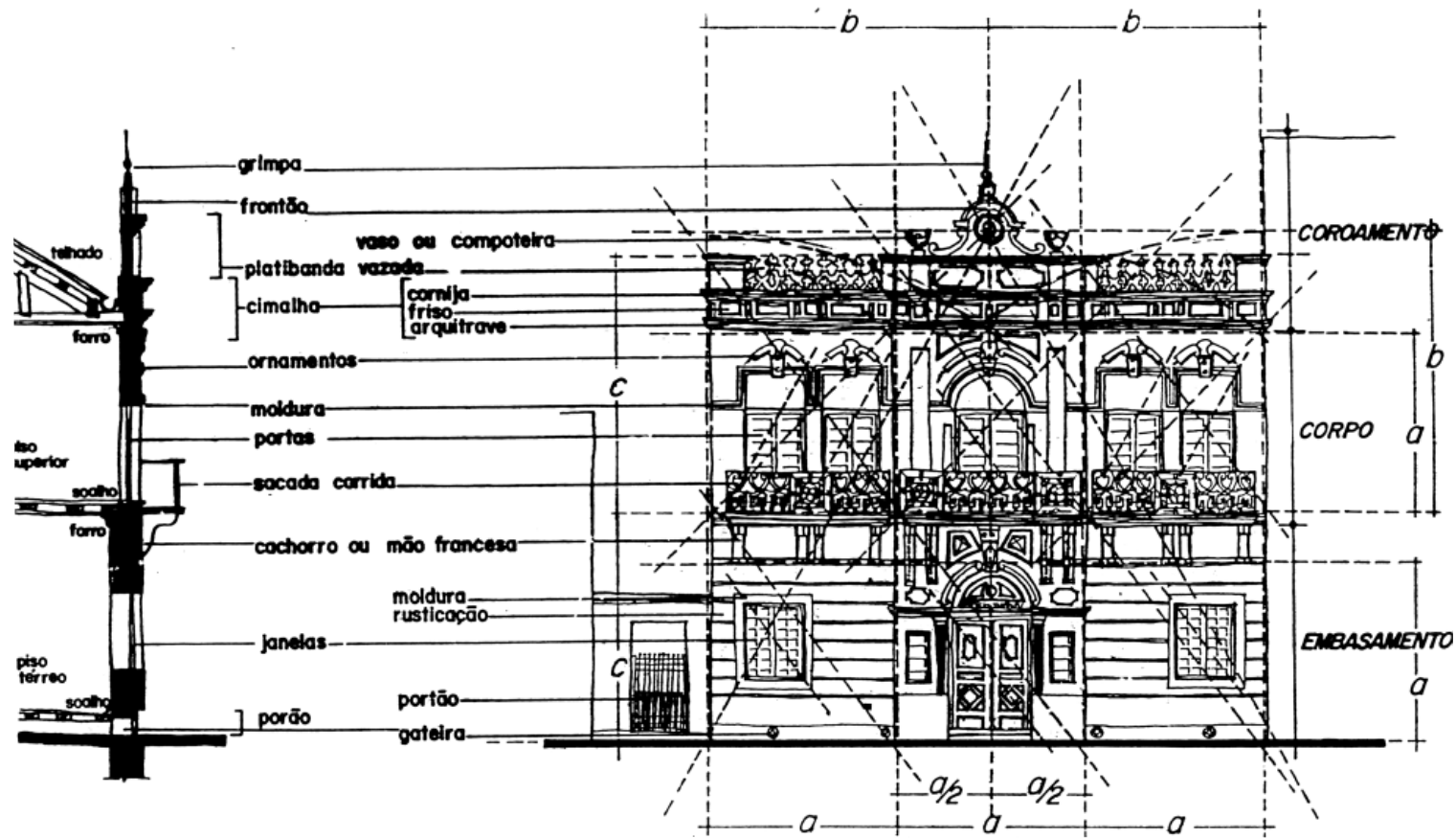
Simetria (*Symetria*) – junto com o anterior são conceitos fundamentais da estética clássica. Cálculo das relações, das analogias entre as partes de uma construção, através de uma medida comum denominada de “módulo” por Vitrúvio.

Conveniência (*Decor*) – é a categoria que trata da disposição conveniente de cada uma das partes do edifício segundo as necessidades do programa, o destino das dependências, caráter do seu ocupante etc. Trata da unidade de estilo, da “unidade na variedade”, onde reside seu valor estético.

Distribuição (*Distributio*) – trata do “princípio” em virtude do qual nada se deve empreender fora das possibilidades daquele que faz a obra e segundo a comodidade do lugar, controlando tudo com prudência.

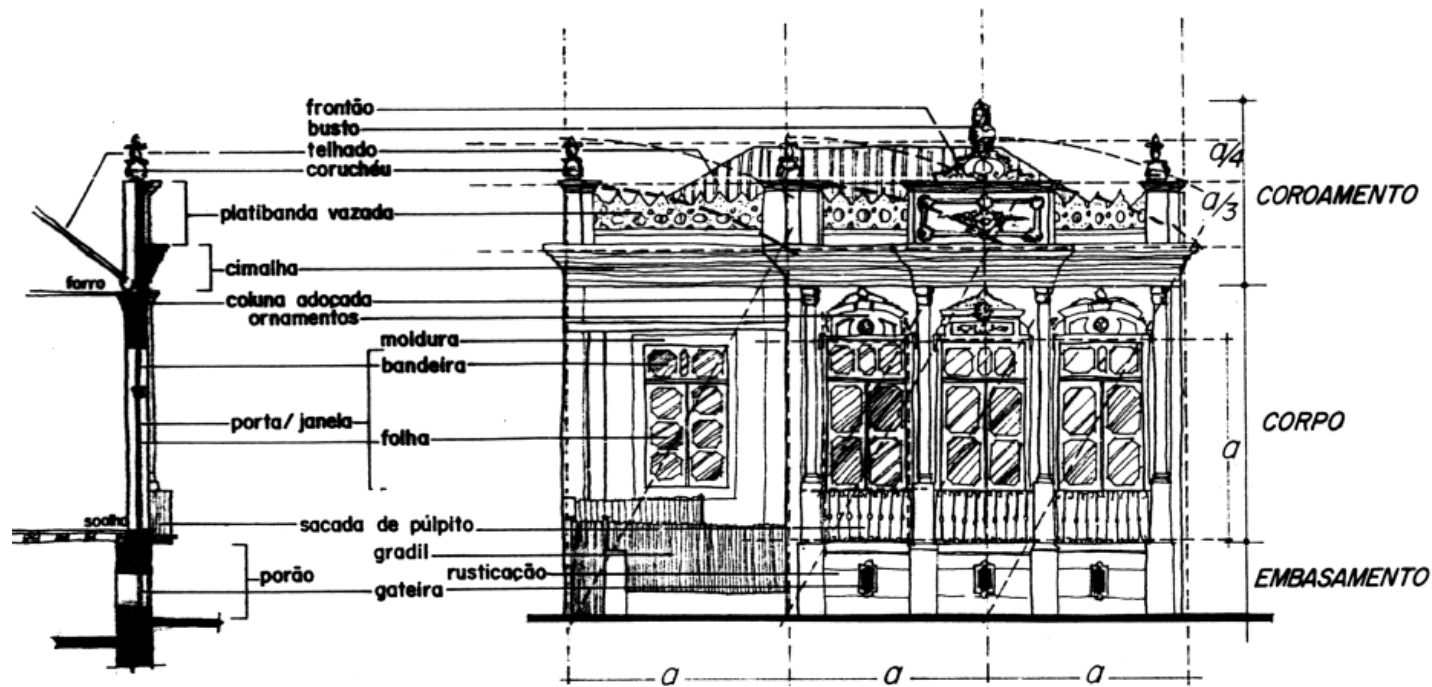
Conforme a **Disposição**, as fachadas são compostas de COROAMENTO, CORPO e EMBASAMENTO e seguem analogias de composição e simetrias harmônicas, segundo uma adaptação feita aos critérios de classificações utilizados pelo “Grupo Executivo do Corredor Cultural do Rio de Janeiro” (33).

Elementos de Composição ~ Sobrado



Em tracejado algumas regras de proporção e composição formal.

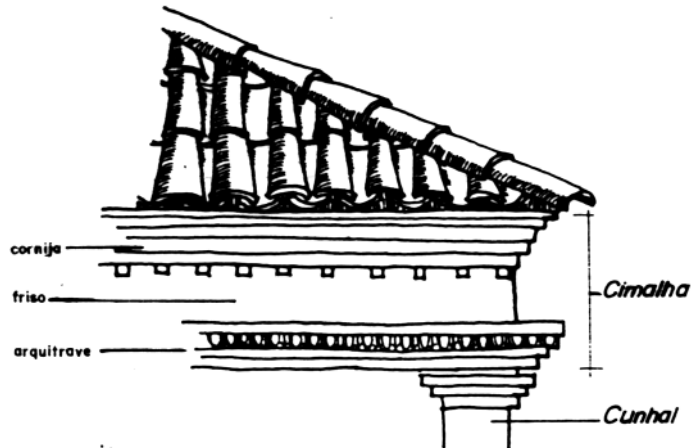
Elementos de Composição ~ Casa Térrea



Em tracejado algumas regras de proporção e composição formal.



Camarinha com lateral revestida de telhas.



Tipos de ornamentos em cimalhas.

Coroamento

Pode ser entendido com a parte superior de uma edificação, formada pela cobertura, cimalha e platibanda.

A **cobertura** pode estar revestida com telhas de barro (colonial ou francesa), ardósia ou metálica. Podem ser na forma de cúpulas de alvenaria ou em várias águas. No caso do acabamento em beiral, este pode ser de vários tipos: beira e bica, beira e sobeira, peito de pombo ou ser sustentado por cachorros de madeira ou alvenaria. Em alguns casos o coroamento acaba em terraço com revestimento de ladrilhos hidráulicos.

Cimalha é o nome dado ao acabamento em estuque no alto da edificação dividido em três partes, a saber:

cornija - parte alta, abaixo da platibanda com frisos simples ou decorados;

friso: parte do meio, espaço com ornamentos, esculturas em alto relevo, medalhões com datas, inscrições etc;

arquitrave - é a parte baixa da cimalha, com frisos, alguns ornamentados com gregas e óvulos.

A **platibanda** é uma espécie de mureta de alvenaria cheia ou vazada, construída no topo da parede que contorna a construção quando esta se encontra afastada dos limites do terreno.

Ornamentos são elementos sobre a platibanda. Podem ser encontrados: estátuas, pinhas, vasos, compoteiras e similares.

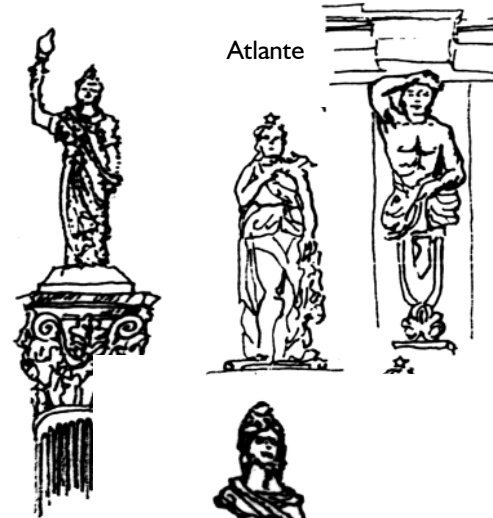
Frontão é o elemento acima da platibanda ou inserido na própria, em forma triangular, curva ou mista, com ornamentos, emblemas, inscrições ou datas.



Estátuas



Atlante



Coruchéu



Compoteira



Pinha



Vaso



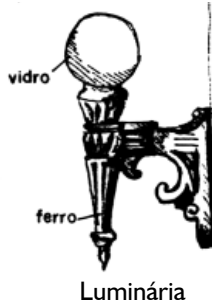
Coruchéu



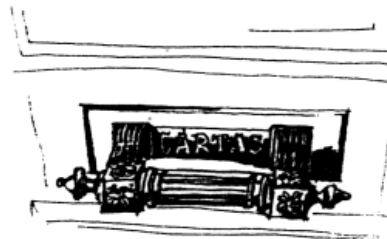
Busto



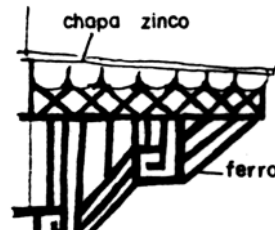
Suporte de
lâmpioes



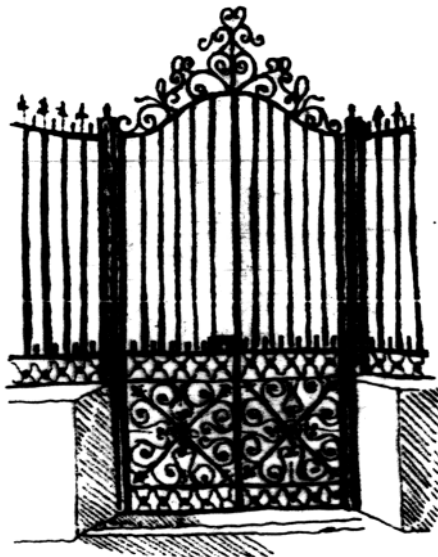
Luminária



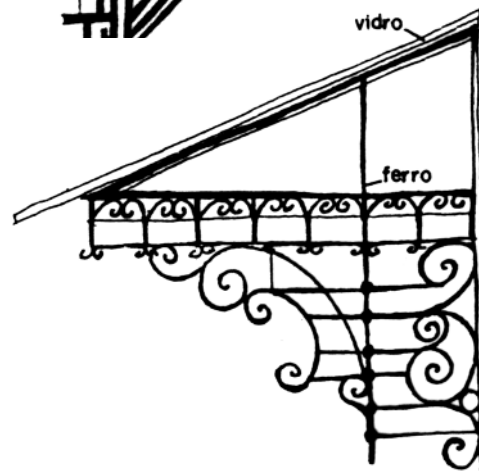
Porta-cartas



Marquises



Portão



Corpo

É a parte do meio da edificação. Quando sobrado, correspondente ao andar superior; quando térreo, corresponde ao único piso. No corpo aparecem elementos como:

Elementos decorativos e revestimentos, encontrados no corpo das edificações entre os vãos:

colunas e pilastras - são geralmente superpostas sem função estrutural, aderentes à fachada ou deslocadas com as sacadas. O material empregado é geralmente alvenaria, podendo ser cantaria ou estuque.

ornatos - elementos em estuque ou argamassa, superpostos nas fachadas, como flores, folhas, pequenos frisos, figuras humanas ou de animais etc.

revestimentos - azulejos coloridos ou em relevo, entre os vãos das janelas e o embasamento ou em todo o corpo da fachada, além de aparecerem também nos acessos; escaiolas, espécie de estuque, imitando mármore, geralmente nos acessos das construções, por vezes nas molduras e colunas e em alguns compartimentos internos; cimento penteado com pó de mica (revestimento externo); e reboco alisado pintado.

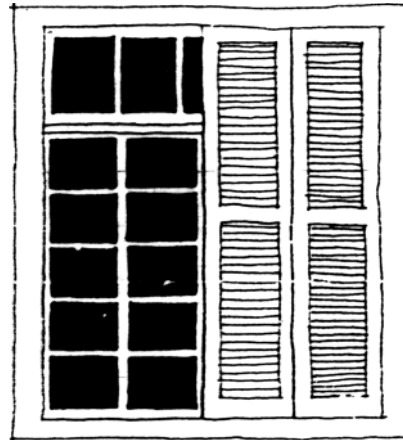
Vãos, determinando a predominância da verticalidade nas proporções das portas e janelas, demonstrando uma preocupação com a composição formal da edificação. As portas e janelas são compostas de:

vergas - elementos horizontais emoldurando os vãos, podendo ser retas, em arco abatido, arco pleno, arco ogival ou arcos trilobulados;

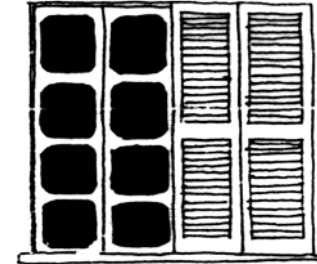
ombreiras: elementos verticais onde se apóiam as vergas;

bandeiras - vãos abaixo das vergas vedadas por gradis ou postigos de madeira com função de ventilação (móveis), e/ou iluminação (fixas e móveis);

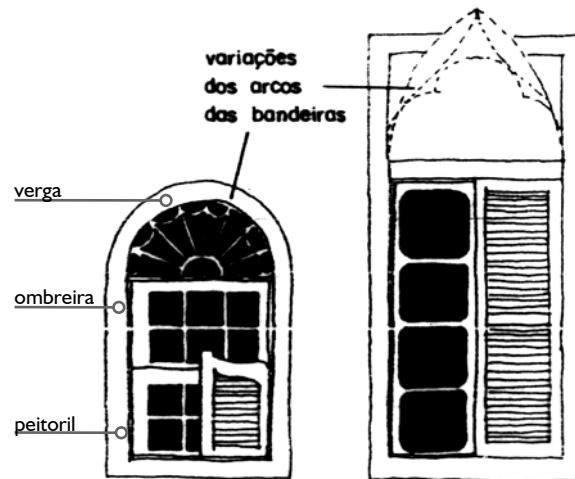
Cunhais, elementos estruturais ou de marcação das esquinas. Podem ser em ângulo reto ou arredondado (em cantaria ou alvenaria), em casos mais requintados imitam colunas com capitel, fuste e base.



Abrir com 4 folhas

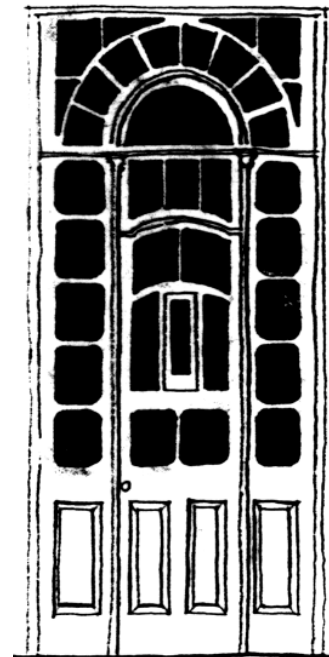


Abrir com 4 folhas



Guilhotina

Abrir com 2 folhas



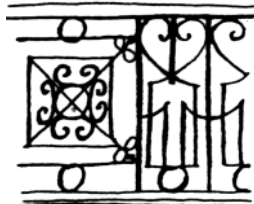
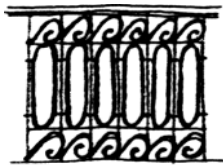
Paravento



Portas
almofadas
entalhadas

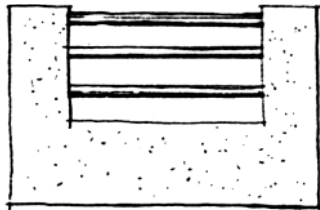
Sacadas, elementos que se projetam em balanço na superfície das fachadas. São formadas por guarda-corpo (gradil em ferro ou alvenaria) e corrimão (ferro, alvenaria, madeira). Podem aparecer isoladas (púlpito) ou contínua (corrida).

Sacadas de ferro



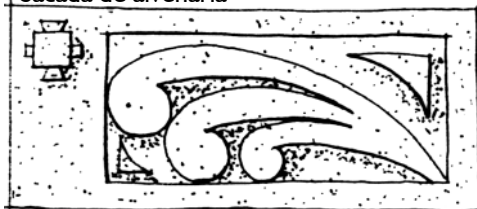
Com motivos "Art-Nouveau"

Sacada de alvenaria e ferro

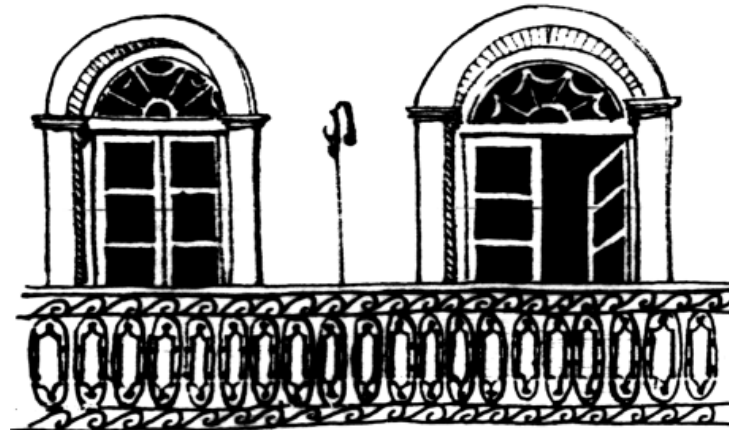


Com motivos modernista

Sacada de alvenaria



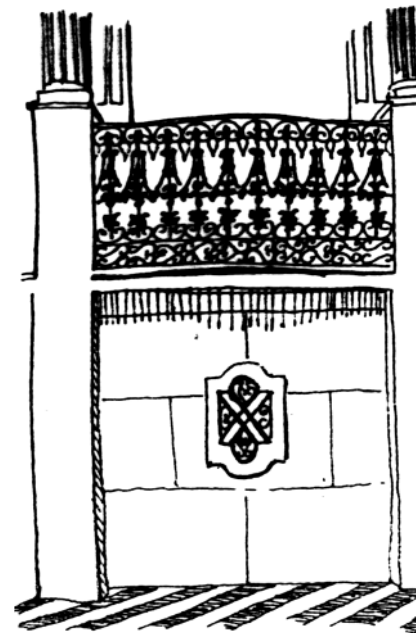
Com motivos "Art-Déco"



Sacada corrida

Embasamento

Geralmente é a parte de baixo do edifício, correspondendo, na casa térrea sem porão, à faixa saliente abaixo das janelas. Havendo porão, ele é o embasamento; no caso de sobrado é o piso térreo. Pode apresentar, como o corpo, vãos, que no porão são aberturas chamadas de gateiras e servem de iluminação e ventilação, geralmente fechadas com grades, podendo ter esquadrias no caso de ser habitável.



Sacada de púlpito e gateira

Técnicas e Materiais de Construção



Piso de ladrilho hidráulico (77)



Piso de madeira - soalho (77)

Paredes estruturais: são geralmente de alvenaria de tijolos e variam a espessura entre 20 a 70 cm; as dimensões dos tijolos antigos eram em média 35x15x10 cm.

As paredes de vedação, sem função estrutural, que serviam para separar os compartimentos, com uma espessura de 10 a 20 cm, feitas com argamassa e fibras de coqueiro em camadas ou com uma estrutura de madeira revestida de argamassa.

Fundações: geralmente nas construções mais antigas são feitas em tijolo e laje de grês; as fundações de pedra e barro pouco aparecem.

Piso: nos compartimentos nobres das casas de porão e dos sobrados o piso era assoalhado, de tabuão largo, com encaixe macho e fêmea; nos compartimentos de serviços e nos “quartos de banho”, foram utilizados os ladrilhos hidráulicos. Algumas construções, no final do século, utilizaram pisos em abobadilhas com estrutura de tijolos (ou lajes de grês) e trilhos de ferro, com revestimento de ladrilho hidráulico.

Revestimentos:

azulejo - “placa cerâmica vidrada que serve para guarnecer paramentos” (17). Deriva de técnicas hispano-flamencas e caracterizavam-se pelo uso de óxidos metálicos sobre base estanífera. Por ação do fogo eram obtidas as colorações brancas azuis, roxas, amarelas e verdes. No último quartel do século XVII, na azulejaria portuguesa se anuncia a monocromia do azul sobre o branco. “Os padrões mais antigos de azulejos portugueses eram definidos por 4 azulejos iguais que constituíam a unidade ornamental, por repetição de um ou vários elementos, podendo chegar a grandes tapetes de 12x12 azulejos, com 14 elementos diferentes que eram limitados por um elemento de azulejo formando a cercadura ou ainda por dois azulejos sobrepostos denominados de barras” (85). Os azulejos revestem banheiros, cozinhas, vestíbulos e fachadas.

ladrilho hidráulico - o ladrilho hidráulico é uma espécie de mosaico, material duro, próprio a qualquer tipo de decoração interna (superfície lisa) ou externa (superfície rugosa). O ladrilho hi-

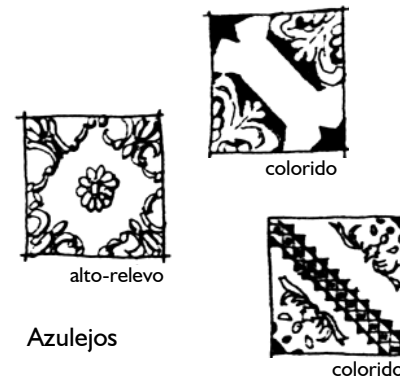
dráulico deriva da composição do Opus Alexandrinum, composto de fragmentos de pedras duras de várias formas disposto de maneira a formarem motivos geométricos. O ladrilho hidráulico é uma peça quadrada cujos desenhos dos mais simples aos mais rebuscados lembram os mosaicos numa composição geométrica e com motivos florais. Sua composição é de cimento, areia fina e média peneiradas, colocados numa forma onde uma nata de cimento, água e corante (pó xadrez ou óxidos) já havia preenchido os interstícios da forma com o desenho desejado; após é prensado, levado a um banho de imersão por 12 horas e secagem por 24 horas.

cimento penteado com mica - espécie de reboco composto de areia peneirada, cimento, cal e mica, numa mistura homogênea; após a aplicação é penteado com uma lâmina dentada (serrote), depois limpa com trincha e lavada com ácido muriático e água. Utilizado liso ou penteado, com desenhos geométricos ou florais, principalmente durante as décadas de 20 e 40, sendo um revestimento de alta re-

sistência às intempéries e durabilidade.

estruque - “genericamente dá-se o nome de estuque a todas as argamassas de revestimento que depois de seca adquire grande dureza e resistência ao tempo” (17). É a massa utilizada para revestir paredes internas (preenchendo os interstícios de uma armação qualquer), forros ou na elaboração dos ornatos das fachadas.

escaiola - é uma espécie de estuque; revestimento impermeável de baixo custo, utilizado nos ambientes frios (cozinhas, banheiros, vestíbulos e algumas partes das fachadas). Constituída de areia fina lavada, cal em pasta e pó de pedra de cimento (no caso de revestimentos externos) em partes iguais. É aplicada com desempenadeira metálica, lixada com pedra-pomes ou lixa fina e água; a seguir dá-se o tingimento com pigmentos coloridos, após polimento com talco e lustrada com cera líquida. A escaiola foi amplamente utilizada em nossa região devido à escassez de revestimento laváveis (azulejos) e nobres (mármore), com os mais variados padrões de pintura (principalmente imitações de mármore).

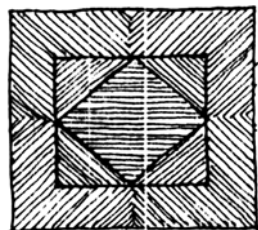




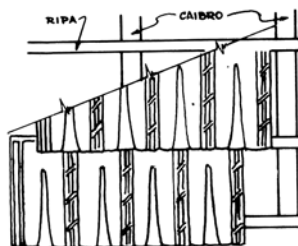
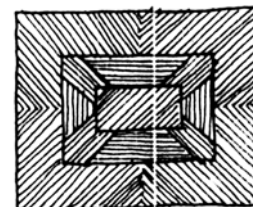
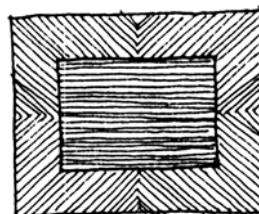
Forro estampado



Forro saia e camisa



Forros trabalhados



Telha tipo francesa
ou marselha (59)



Telha tipo colonial
ou capa e canal (59)

Forro: os mais comumente empregados nos compartimentos nobres das construções, eram os de saia e camisa, de tábuas bem largas; nas casas mais abastadas este forro merecia detalhes decorativos em madeira trabalhada e posteriormente colorida, geralmente nas salas de jantar, de música etc, recebendo decorações com motivos de acordo com a função do compartimento; nos compartimentos de serviço era utilizado o tabuão largo com encaixe macho e fêmea; no decorrer do tempo as tábuas foram se estreitando e a madeira com encaixe macho e fêmea com um friso longitudinal foi sendo amplamente utilizada.

Telhado: na estrutura dos telhados eram amplamente utilizadas grossas madeiras de lei aparelhadas a enchó, e mais tarde em serrarias, para as casas mais abastadas; nas construções simples utilizavam-se troncos de coqueiros.

Linguagens Formais

A linguagem formal aqui utilizada como critério para posterior avaliação de valor preservável foi baseada em pesquisa bibliográfica, consiste em elementos arquitetônicos dispostos segundo regras de composição, harmonia e simetria produzidas num determinado contexto histórico e período de tempo, podendo estar ou não defasada em relação às metrópoles nacionais e internacionais.

Ao estabelecer o critério linguagens formais foi pensada a forma de agrupar todos os outros critérios, anteriormente mencionados, como a linha do tempo, características tipológicas e elementos de composição formal num momento de “síntese” no qual estariam conformados todos os três. Por isso surgiu a classificação do acervo arquitetônico jaguarense em linguagens formais. Desta forma, foram buscados quais os prédios mais representativos de cada fase.

Ao serem analisadas as 600 fichas do Inventário (**IPACJ**) e mapeadas as incidências das tipologias mais recorrentes foi percebida uma série de concentrações, as quais foram apelidadas de “módulos”. Os mapas a seguir mostram os módulos e as respectivas linguagens formais.

O módulo “beira do rio”, nas imediações da rua Vinte de Setembro, é referente às construções pertencentes às classes sócio-econômicas mais populares, cujo sítio onde se encontram é propenso a inundações. São casas de porta e janela, corredor lateral com platibanda e telhado de uma água, com inclinação para os fundos do lote (cachorro sentado). Este casario representa a maioria das construções da periferia da cidade. O gosto popular de querer apropriar-se de algumas características dos abastados casarões, faz com que sejam lidos nas fachadas vários elementos formais como, platibandas, cimalhas, cunhais, portas e janelas, todos simplificados.

Próximo à “beira do rio” há construções de características da linguagem da época colonial. Nele estão o Mercado Público Municipal, o sobrado do Barão Tavares Leite, a Casa da Camarinha e entorno. Estes prédios possuem telhados com beirais, revestidos com telhas de capa e canal, às vezes com camarinhas; nas fachadas, janelas de guilhotina, de verga reta, de madeira ou de pedra. Estão presentes também os prédios de transição para o Ecletismo.

Para que haja melhor entendimento o Ecletismo foi dividido em Ecletismo Historicista de 1ª fase (1850-1880), 2ª fase (1880 - 1990), 3ª fase (1900-1920) e 4ª fase (1920- 1940).

O centro de irradiação do setor “A” (**IPACJ**) é a praça Dr. Alcides Marques, estando aí representado um dos módulos, situada num platô a 13m acima da rua Vinte de Setembro. No seu entorno estão a Igreja Matriz, o Fórum, a Maçonaria, os Clubes Harmonia e Jaguarense e vários casarões, sendo a maioria do final do século XIX e de padrão sócio-econômico elevado. Na maior parte, são tipologias do Ecletismo Historicista – 1ª fase, construções de porão alto, com elementos formais muito requintados.

No módulo da rua Deodoro encontram-se construções que, embora sejam casarões, com nível sócio-econômico médio, vêm revestidos de mais simplicidade, seja na proporção, dimensões e revestimento. Estão, na maior parte, implantados em série, por simetria ou rebatimento, onde o telhado é contínuo, com plantas de corredor lateral ou central. A linguagem formal apresenta elementos do Ecletismo Historicista da 1ª,

2ª, 3ª e 4ª fases, com porão baixo, platibandas cegas ou mistas e os ornamentos tendem à geometrização.

No módulo da praça Comendador Azevedo estão as construções representativas do Modernismo como o Cinema Regente e o Colégio Estadual Joaquim Caetano da Silva. Nas imediações desta praça encontram-se as construções do Proto-racionalismo, como é o caso do prédio dos Correios e Telégrafos.

Outro módulo percebido é das vilas para aluguel, construções em série com rua central ou acesso pela via pública. São de nível sócio-econômico popular com linguagens formais das mais variadas dependendo da época da construção. Como exemplares temos a Vila Gaspar Scangarelli, construída em 1930, a da RFFSA e outras tantas.

Por último, o módulo dos exemplares isolados, sendo aqui contemplados os prédios de interesse para preservação na íntegra e que configuram na paisagem urbana marcos referenciais, como a Enfermaria Militar, prédio do Ecletismo Historicista - 2ª fase, a Estação Ferroviária, com linguagem tipológica “inglesa” e a ponte Mauá, neocolonial (1930).

Zoneamento das Tipologias Encontradas





Colonial

1800/1822

São consideradas construções de linguagem colonial todas as que foram construídas no período de 1800 a 1822, salvo construções tardias até o final do século, cujos elementos arquitetônicos constituem-se de telhado em beiral com cimalha no arremate, normalmente em duas águas, podendo ser em três ou quatro águas, revestido com telha capa e canal, por vezes aparecendo dispositivos de iluminação e ventilação no sótão em forma de camarinha ou água furtada; nos vãos, janelas de guilhotina ou de abrir com postigo, portas relhadas ou almofadadas, vergas em arco abatido, arco pleno ou retas, bandeiras fixas ou móveis.

Estas construções normalmente não têm porão; podendo conter ou não revestimento de azulejos; nos casos tardios percebem-se o porão, sacadas nas janelas e cunhais arredondados.

Os elementos arquitetônicos seguem regras de composição, ritmo e harmonia próprios da linguagem do colonial.

Quanto à implantação, geralmente inserida nos limites do lote, aparecem as casas de porta e janela, meia morada, morada inteira, sobrado e de esquina.



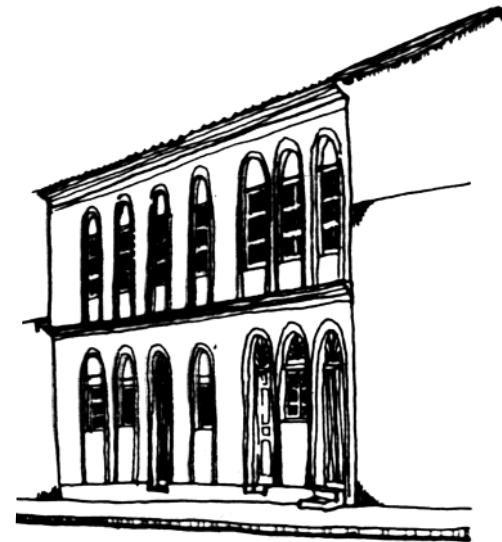
Construção térrea com camarinha



Beiral em beira e sobeira



Construção térrea



Sobrado

Imperial

1822/1850



Sobrado com térreo comercial

As construções desse período continuam com as características da linguagem formal do período colonial na implantação e no partido.

Quando surgiu a Legislação Imperial proibindo o lançamento de água pluvial no passeio e na obrigatoriedade de uso de platibanda em vez de beiral, as construções passam a ter uma nova fachada, conservando todas as outras características da linguagem do período colonial.

A esta fase denominamos de “fase de transição da linguagem do período colonial para o ecletismo”.



Frontões



Telhado Colonial



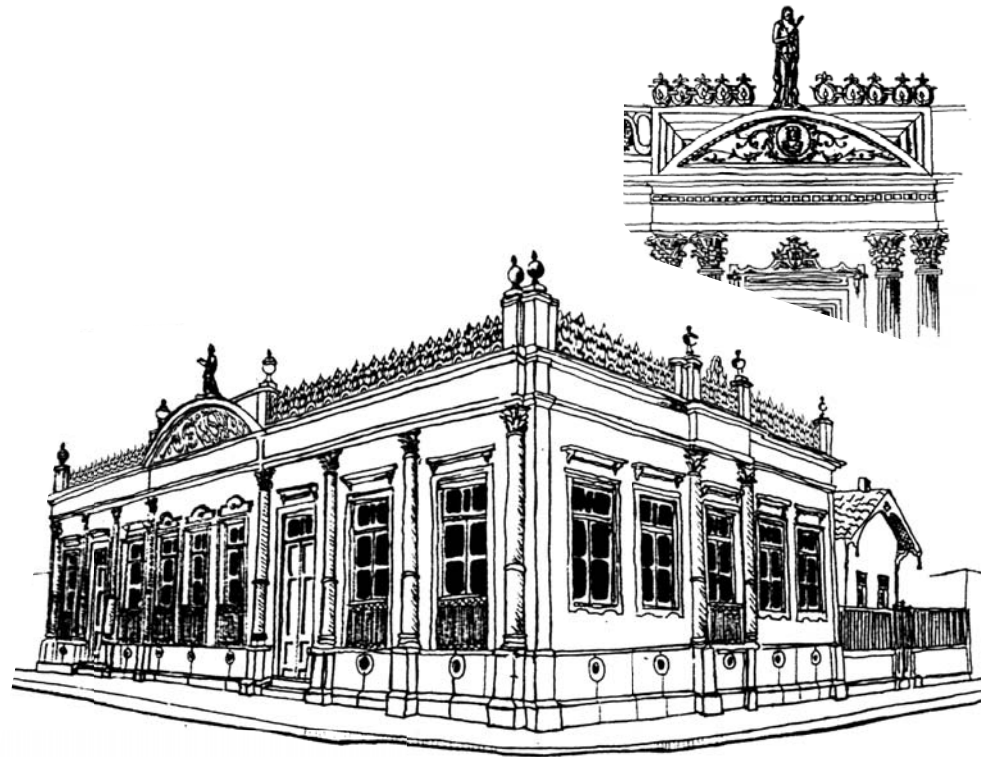
Casas de corredor lateral geminadas

Ecletismo Historicista - 1ª Fase

1850/1880

As construções novas passam a ter porão, habitável ou não, platibandas geralmente vazadas, aberturas com bandeiras fixas ou móveis, janelas de abrir, com postigo, portas principais almofadadas, portas das sacadas envidraçadas com postigo, gradis nas sacadas, portas de acesso do hall de entrada para o interior (paravento).

Quanto aos ornamentos e às variações aparecem diferentes tipos de platibandas vazadas, vários tipos de frontões e ornamentos acima das platibandas como vasos, compoteiras, pinhas e estátuas.

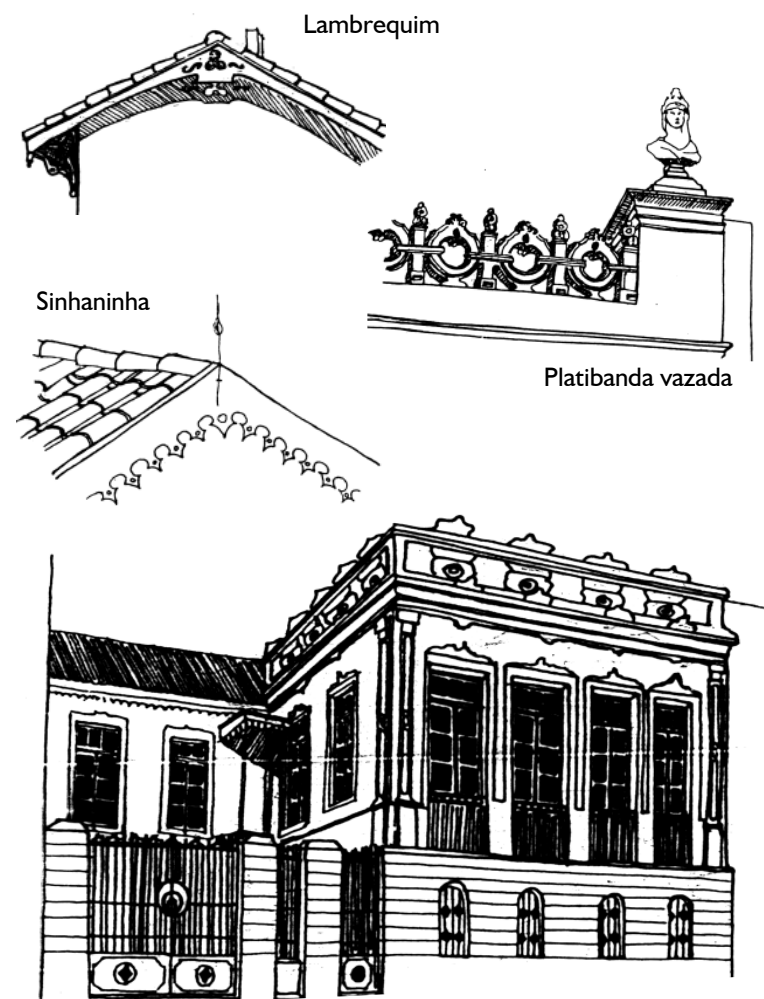


Aparecem vários elementos arquitetônicos de linguagens do neoclássico (frontão triangular, colunas clássicas) e neo-renascentistas (linhas curvas, arco pleno, guirlandas, fachadas ricas em ornamento), em alguns casos compondo portadas suntuosas.

Constata-se que os grandes casarões existentes pertencem a esta fase e estão geralmente implantados em esquina.

Ecletismo Historicista - 2ª Fase

1880/1900



As construções do final do século XIX e início do século XX possuem, quanto à sua implantação, as mesmas características tipológicas da 1ª fase desta linguagem, somando-se às das fases anteriores a de entrada lateral e recuo de jardim parcial na testada do lote, com gradis e portões de ferro cercando os jardins.

Surgem elementos de arremate dos telhados denominados de “lambreuins” ou “sinhaninhas”, de madeira ou estampados em metal.

É comum nesta fase os vidros das portas e sacadas e dos paraventos serem jateados com desenhos florais e monogramas das famílias, além de portas entalhadas e esculpidas.

Ecletismo Historicista - 3ª Fase

1900/1920

Os elementos arquitetônicos de composição de fachada começam a simplificar e a geometrizar, as platibandas mistas passam a ser cegas.

Aparecem as linguagens do neogótico, com arcos ogivais simples e trilobulados; do “Art-Nouveau” com formas assimétricas e delgadas, derivadas da natureza, na composição dos ornamentos da fachada, gradis e portões, vidros lapidados e luminárias em forma de elementos florais estilizados, surgindo também nessa linguagem as marquises de ferro e vidro e o acabamento dos frontões e platibandas com pináculos e gradis de ferro.

No segmento aparecem a linguagem “Art-Decô” onde todos os elementos arquitetônicos de composição da fachada simplificam-se em formas geométricas.

Elementos
ornamentais do
“Art-Nouveau”



Elementos
ornamentais
do “Art-Decô”



Elementos ornamentais
do Plateresco



Outra variação desta fase é o plateresco, que não é a rigor uma linguagem formal, mas uma ornamentação onde se reúnem elementos mouriscos, góticos, lombardos, franceses e florentinos, produzindo um resultado profusamente decorado, com rendilhados em painéis na parede contornando, às vezes, arcos cruzados ou em ferradura, janelas geminadas separadas por colunas salomônicas, figuras humanas adoçadas, ornamentos florais e geométricos e acabamento das platibandas em pináculos.

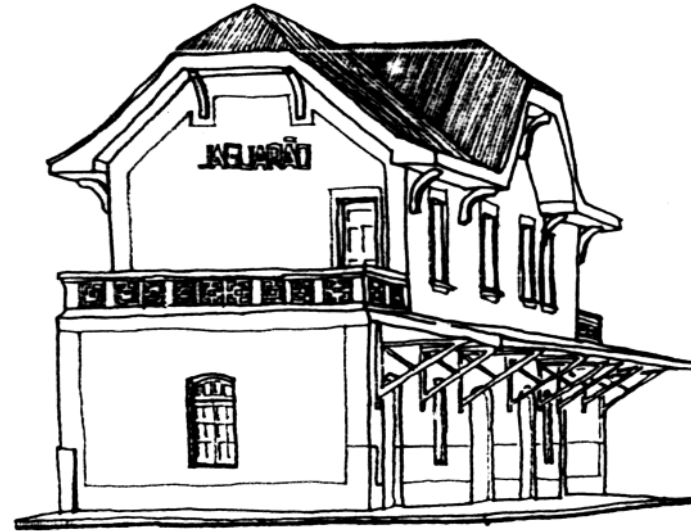
Esta é a fase que possui maior número de exemplares na cidade.

Ecletismo Historicista - 4ª Fase

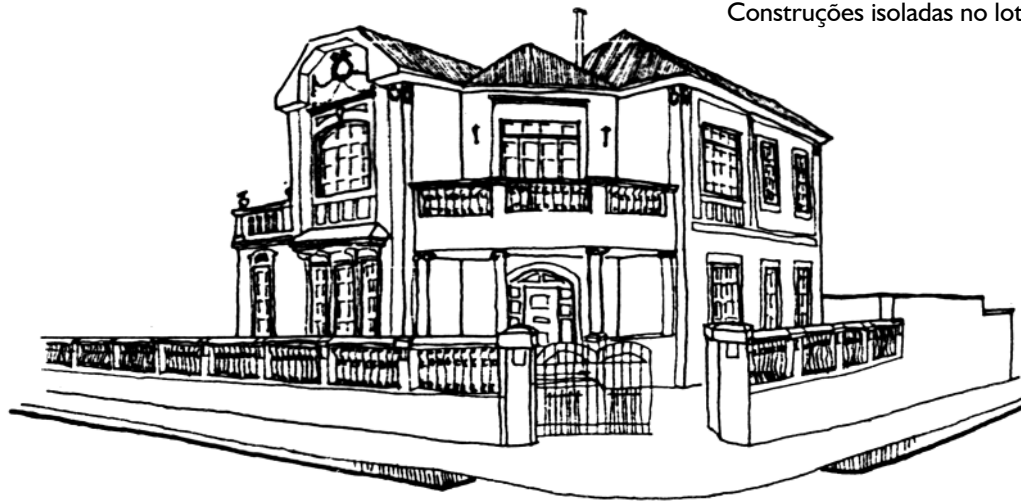
1920/1940

Neste período estão grandes casarões isolados no lote, cujas características formais não traduzem um “estilo” definido, ficando a cargo da criatividade dos construtores, os quais atuavam conforme as circunstâncias locais.

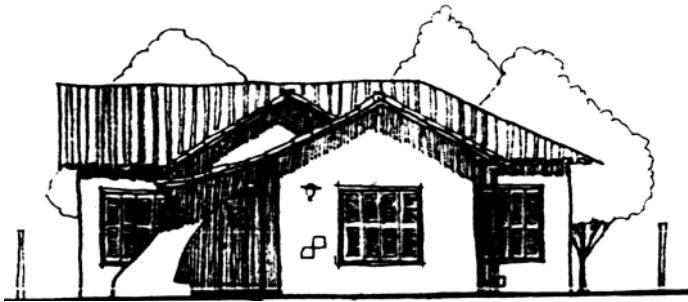
Suprimiram-se as platibandas e os novos beirais lembravam mais a arquitetura campestre européia do que a tradicional. A influência norte-americana e norte européia intensificou-se, não só na volumetria, com as “bow-window”, como no partido em planta, com o “living”, “hall” etc.



Construções isoladas no lote



Neocolonial



Elementos ornamentais
do Neocolonial



Surgiu a partir de 1920, sendo uma colagem de soluções da arquitetura da época colonial, como telhados revestidos de telha capa e canal com beirais, frontões curvos, vergas de arco abatido, treliças (muxarabi), painéis de azulejos decorados, rompendo com os critérios de composição originários, criando uma série de novos elementos decorativos.

“Por mais estranho que possa parecer, a priori o estilo neocolonial constitui-se numa transição necessária entre o ecletismo de caráter histórico, do qual era parte intrínseca, e o advento de um racionalismo moderno, cuja origem foi a doutrina de Le

Corbusier, mas cuja grande originalidade local não pode ser questionada” (09).

A casa do Neocolonial tinha sua planta, zoneamento, sistema de circulação baseados na moradia francesa, era invariavelmente isolada das divisas perpetuando as passagens laterais para automóveis e os vestíbulos em seus flancos.

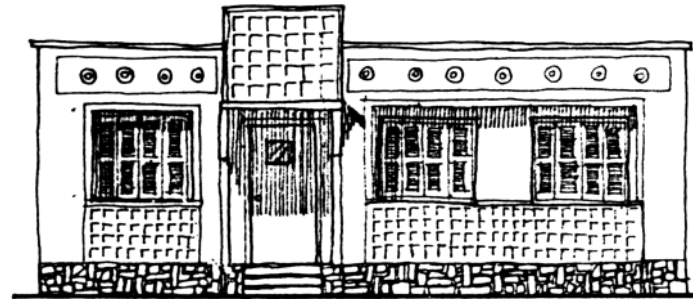
“A hierarquia dos espaços é refletida nas plantas e volumes com jogo de telhados de duas e quatro águas, às vezes com um torreão arredondado como se fosse uma camarinha. O revestimento com reboco crespo salpicado, de quando em quando lâminas de granito o a própria pedra de alicerce, refor-

çando alguns detalhes construtivos. Na variante do neocolonial em residências de classe média encontramos o pórtico de entrada formado por um arco assimétrico” (09).

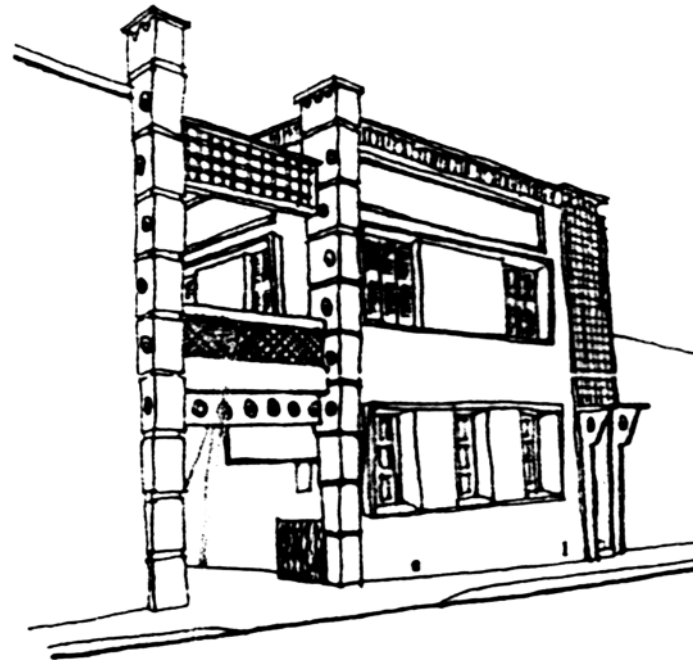
“Mais ainda do que nos edifícios públicos, o neocolonial triunfou na arquitetura residencial, mas é curioso notar que a maior aceitação em termos quantitativos não foi de um estilo de origem autóctone e sim a moda das casas “missão espanhola”, importada dos EUA por Edgar Vianna. Esse estilo, com maciças arcadas em arco pleno, colunas torsas, reboco grosso em relevo com desenhos informais, lembra vagamente a decoração árabe” (09).

Kitsch

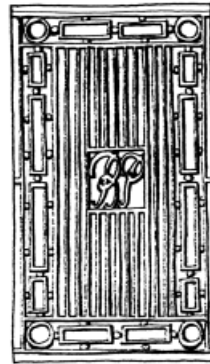
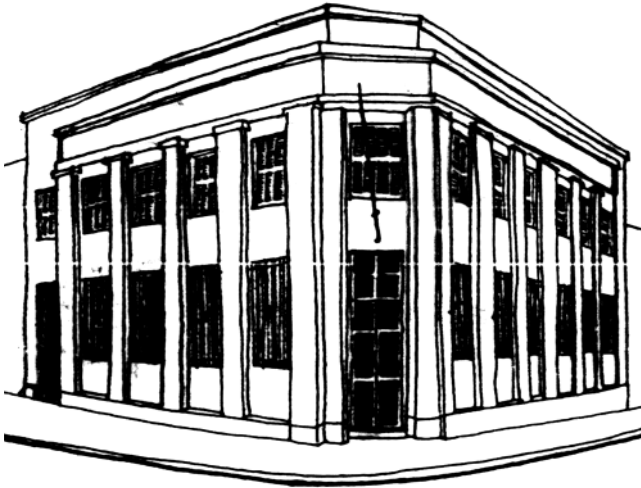
A arquitetura “Kitsch” aparece a partir da linguagem do Ecletismo, resultando da necessidade de criação individual, de personalização e afirmação social. Nela a função nunca é fator determinante, mas fator acessório, com objetivo de alcançar um status sócio-cultural superior, através da absorção de elementos pertencentes a produtos de camadas culturais mais elevadas. Utilizando-se excessivamente de requintes ornamentais, de elementos decorativos com motivos geométricos, das cores contrapondo-se duas ou mais para formar efeitos plásticos, dos materiais de revestimento com várias texturas e heterogeneidade nas técnicas de construção. Quanto à implantação no lote segue as características tipológicas das linguagens anteriores.



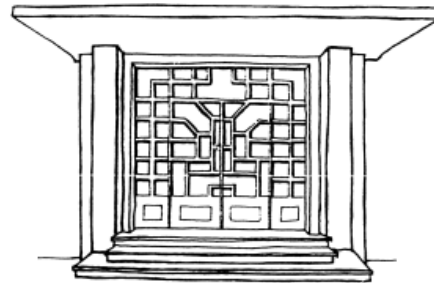
Elementos ornamentais do Kitsch



Proto-racionalismo



Grades de ferro com motivos "Art-Decô"



Porta Escalonada

Linguagem de transição entre o Art-Nouveau e o Modernismo. Uma arquitetura mais autônoma com composição simples e elementar, de volumes puros. A implantação respeita a tradição secular da "rua corredor" com o prédio ocupando as divisas do lote.

O térreo é geralmente ocupado por função comercial, ocasionando uma organização de fachada tripartida na vertical seguindo as regras de composição clássica, com embasamento, corpo e coroamento do edifício recebendo tratamentos diferenciados. Nos pavimentos mais baixos é comum o uso de revestimentos nobres como barra de proteção na base da edificação.

Os acessos se dão num plano ligeiramente elevado, marcado por escalonamento e protegidos por marquises que demarcam as entradas.

Os ornamentos seguem os elementos decorativos do Art-Decô, principalmente em portões de acesso e grades, geralmente em ferro e vidro. Nas fachadas há predominância dos cheios sobre os vazios.

Os exemplares mais característicos desta fase são projetos-tipo do poder público.

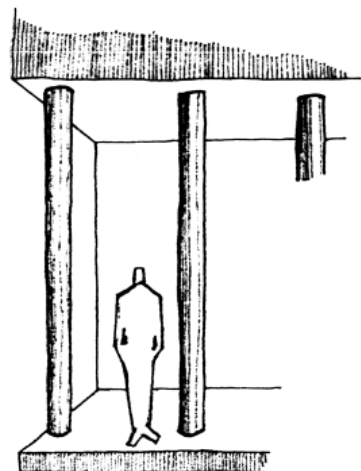
Modernismo

Com a 1ª Guerra Mundial ocorre a passagem do Proto-racionalismo para o Modernismo. Entende-se por Modernismo as variações das linguagens do racionalismo, funcionalismo, organicismo e formalismo, difundido no Brasil a partir da década de 1940.

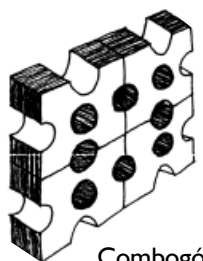
A característica tipológica de implantação no lote é da construção desvinculada dos limites do terreno.

Os elementos arquitetônicos do Modernismo constituem-se de: formas geométricas claramente definidas (volumes), independência da estrutura e da vedação, uso sistemático dos pilotis, painéis de vidro contínuos (aparecendo em alguns exemplares na esquina), “brises soleils”, na forma de elementos vazados de cerâmica ou concreto.

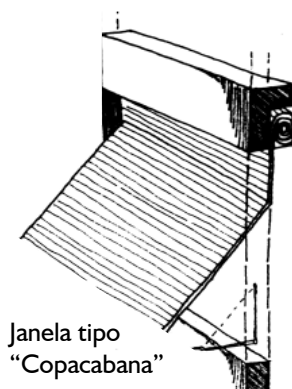




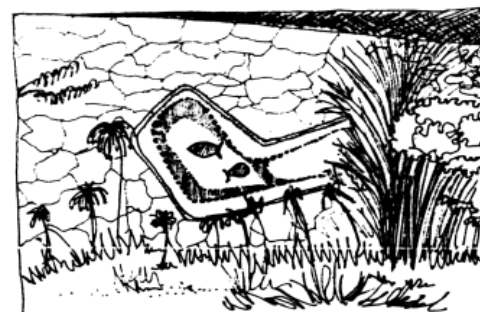
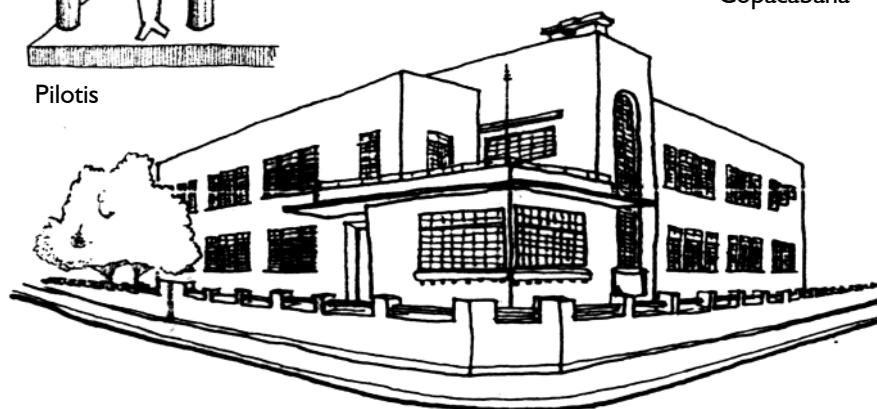
Pilotis



Combogó



Janela tipo
"Copacabana"



Painel de mosaicos

Há integração da arquitetura com as artes plásticas pelo emprego de murais, esculturas, painéis de azulejos decorados ou mosaicos, em diferentes cores e padrões, acentuando o caráter não estrutural das superfícies verticais.

Quanto ao formalismo, a ênfase é dada às superfícies curvas ou ao contraponto de volumes regulares ortogonais e formas livres.

São característicos desta fase os Institutos de Educação, feitos pelo Governo do Estado a partir da década de 40. Ao final da década de 50, seguindo a mesma ideologia, o Estado produz novas escolas, construídas de madeira, com telhados em 2 águas de telhas francesas ou de fibrocimento e janelas basculantes, conhecidas popularmente com "brizoletas".

Estabelecimento dos Instrumentos Urbanísticos

Para que se efetive a preservação de determinada paisagem urbana, característica dos sítios históricos, é necessário que as diretrizes urbanísticas constantes no Plano Diretor estejam sincronizadas com a proposta de manutenção desta identidade e não sejam elementos de uma política de substituição.

Assim o **PRIJ** propõe uma série de instrumentos urbanísticos que visam não só a preservação da paisagem urbana local como também a harmonização entre o edificado e as novas construções, a serem realizadas dentro das zonas preservadas. Os instrumentos urbanísticos propostos são: zoneamento, o regime de

usos do solo, os índices urbanísticos e os critérios de intervenção e construção nas zonas de preservação. O zoneamento serve para delimitar as áreas de interesse; o regime de usos do solo para estabelecer as atividades conformes com as características das zonas; os índices urbanísticos para regulamentar a intensidade construtiva e os critérios de intervenção e construção, para harmonizar as intervenções e/ou novas construções com o patrimônio existente e a paisagem urbana. Os critérios de intervenção subdividem-se em: métodos, técnicas e tipos de intervenções, posturas das construções e intervenções urbanas.

Zoneamento

Entende-se por *Zona de Preservação* aquela que busca a manutenção de núcleos urbanos, com caracteres históricos e culturais próprios da identidade local, na tentativa de manter a harmonia na evolução da paisagem urbana. Os núcleos originais são setores de interesse e relevância cultural pelas suas peculiaridades e posição no sítio urbano, além de reconhecido valor ambiental e ecológico. As zonas de preservação da cidade de Jaguarão subdividem-se em: *Zona de Preservação Histórica Arquitetônica* – **ZPHA** e *Zona de Preservação Histórica Natural* – **ZPHN**.

A demarcação das zonas de preser-

vação efetivou-se através de um processo cognitivo, onde a *Zona de Preservação Histórica Arquitetônica* contempla além do núcleo original da cidade, o núcleo de expansão do final do século XIX e determinadas áreas que possuam referências históricas, todas embasadas na análise dos módulos constantes no Inventário do Patrimônio Arquitetônico (63). A *Zona de Preservação Histórica Natural* abrange áreas físicas, com ou sem vegetações relevantes, que formam as principais vistas da cidade, os locais de contemplação mais importantes e os espaços que representam as áreas verdes necessárias quando do desenvolvimento da cidade.

Zona de Preservação Histórica Arquitetônica

Entende-se como *Zona de Preservação Histórica Arquitetônica* – **ZPHA** aquela constituída de um conjunto imobiliário formado por construções de reconhecido valor histórico e arquitetônico, além dos espaços urbanos públicos que compõem a volumetria e a paisagem da cidade. A **ZPHA** fica delimitada pelo perímetro formado pelas seguintes ruas:

Partindo da margem do Rio Jaguarão pelo eixo da Rua Dr. João Alêncio de Azevedo, rumo ao norte até o eixo da Rua Barão

do Rio Branco, rumo leste até o eixo da Rua Uruguai, rumo norte até o eixo da Rua Barbosa Neto, rumo leste até o eixo da Rua Júlio Prates de Castilhos, rumo norte até o eixo da Rua Venâncio Aires, rumo leste até o eixo da rua XV de Novembro, rumo norte até o eixo da Rua Independência, rumo leste até o eixo da Rua Marechal Deodoro, rumo norte até o eixo da Rua da Paz, rumo leste até o eixo da Rua dos Andradas, rumo sul até a Avenida 20 de Setembro, fechando o polígono com as margens do Rio Jaguarão.

Zona de Preservação Histórica Natural

Entende-se como *Zona de Preservação Histórica Natural* – **ZPHN** aquela constituída de espécies vegetais e espaços físicos naturais que compõem a paisagem ambiental, nativa ou plantada, de reconhecido valor e ecologicamente equilibradas, constituindo a reserva mínima de área verde do perímetro urbano.

Ficam definidos por espaços físicos naturais aqueles que mantêm as características originárias do sítio e que não sofreram alterações significativas em sua conformação. Constituem as seguintes áreas urbanas:

ZPHN I. “*Cerro das Irmandades*”, compreendendo o prédio do Cemitério das Irmandades e o espaço físico natural subjacente que compõe a vista sul.

ZPHN II. “*Cerro da Pólvora*”, compreendendo o prédio da Enfermaria Militar, o Parque Fernando Ribas e o espaço físico natural subjacente ao norte, onde se localizam os buracos da antiga Pedreira Municipal.

ZPHN III. “*Chácara do Galo*”, compreendendo o prédio da sede da chácara e o espaço físico natural subjacente ao norte, incluindo as espécies vegetais ali localizadas.

ZPHN VI. “*Estação Ferroviária*”, “*Vila VFRGS*” e “*Estádio Mackinley Rosa*”, compreendendo os prédios da estação

ferroviária, os prédios que constituem a vila da VFRGS, o campo esportivo da Associação Cruzeiro-Jaguareense – *Estádio Mackinley Rosa*, com interesse especial na edificação da arquibancada e dos vestiários, a sede esportiva da Sociedade Harmonia Jaguarão e a área municipal localizada entre os referidos prédios, denominada de Praça Viscondessa de Magé.

ZPHN V. “*Parque Urbano Leste*” composto pelo “*Centro de Tradições Gaúchas Rincão da Fronteira*”, compreendendo o prédio sede e toda a área pertencente à referida entidade; pelo “*Parque de Exposições*” do Sindicato Rural de Jaguarão, compreendendo o corredor de acesso e o espaço físico natural subjacente e pelo campo esportivo do Navegantes Futebol Clube – *Estádio Claudino de Almeida Neves*.

ZPHN VI. “*Asilo de Meninas*”, compreendendo o prédio principal da instituição e o espaço físico natural circundante, com interesse nas espécies vegetais ali localizadas, pertencente à Associação Beneficente Cel. Augusto César de Leivas, delimitado pelo quarteirão formado pelas ruas Augusto César de Leivas, Cel. de Deus Dias, Duque de Caxias e Av. Odilo Marques Gonçalves.

ZPHN VII. “*Beira do Rio Jaguarão*”,

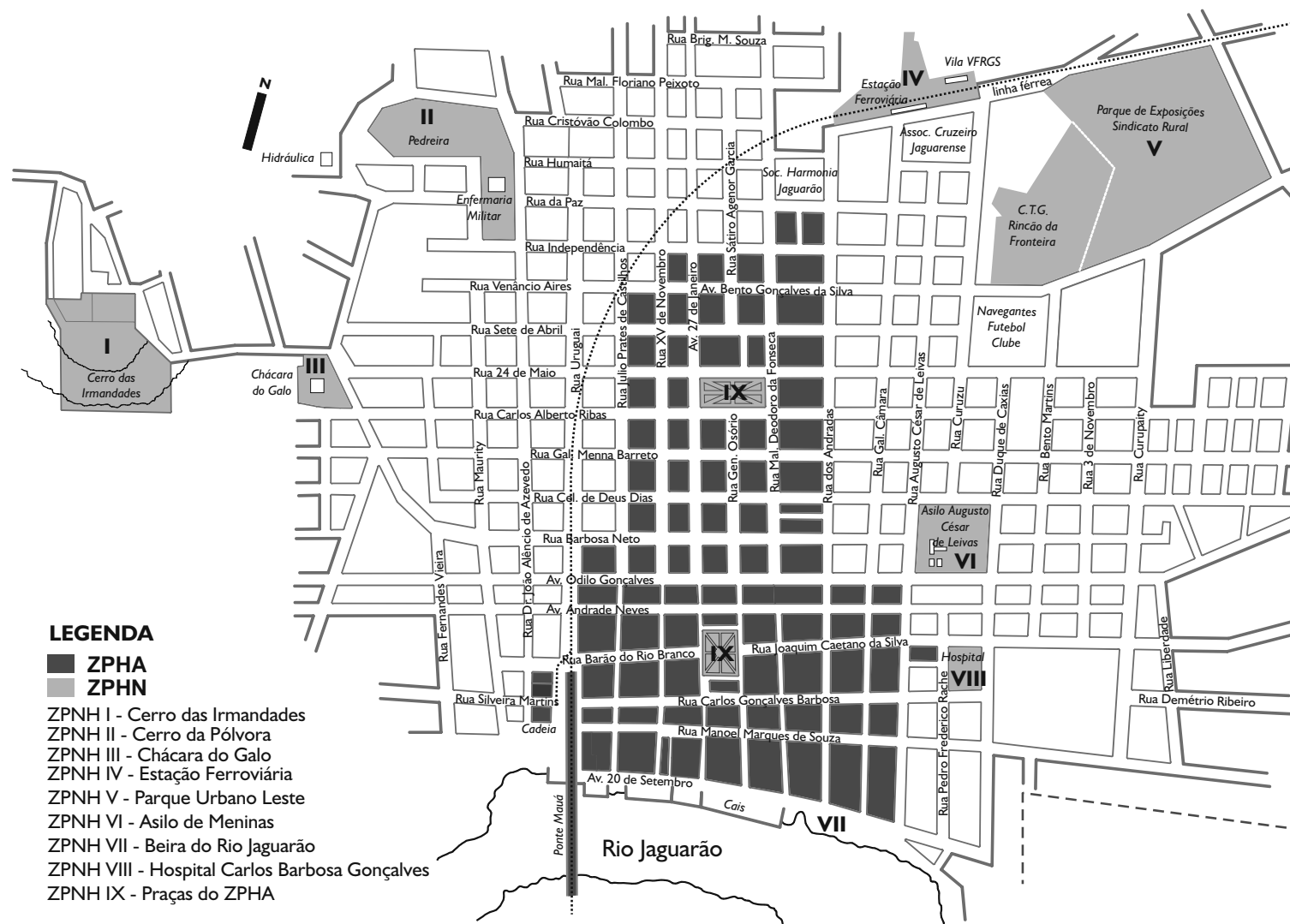
compreendendo a área das margens do Rio Jaguarão desde os fundos da edificação do Presídio Municipal até os espigões localizados a jusante na curva do rio, incluindo os cais que constituem o porto e o galpão do antigo DEPREC no referido cais. É de interesse manter a margem natural existente na curva do rio.

ZPHN VIII. “*Hospital de Caridade*” e “*Vila Militar*”, compreendendo o prédio do Hospital Carlos Barbosa Gonçalves, os prédios que constituem a Vila Militar em frente a este e a Praça Dr. Hermes Pintos Affonso.

ZPHN IX. “*Praças da ZPHA*”, compreendendo todas as praças constantes na *Zona de Preservação Histórico Arquitetônica*, estas são entendidas como espaços físicos artificiais, que podem ser compostos ou não de espécies vegetais, nativas ou exóticas, implantadas em determinado sítio urbano. É de interesse manter a volumetria e as características destes espaços verdes, a saber:

- *Praça Dr. Alcides Marques e Largo das Bandeiras*;
- *Praça Paysandú e Praça do Desembarque*;
- *Praça Comendador José Maria de Azevedo*;
- *Praça Dario de Almeida Neves*;
- *Praça Bento Gonçalves*.

Mapa de localização da ZPHA e ZPHN



Determinação do Regime de Usos e dos Índices Urbanísticos

I. Dentro das *Zonas de Preservação Histórico Arquitetônica*:

- deverá ser mantido o uso do solo predominantemente residencial;
- serão vetados usos de solo que conforme parecer do **Núcleo Técnico Urbano** forem comprovadamente danosos à preservação.

II. Os índices urbanísticos estabelecidos para a **ZPHA** estão estabelecidos no Quadro 2 (pág. 66).

Quanto ao alinhamento predial deverá ser observada a predominância do existente no quarteirão, não sendo permitido recuos frontais, nem balanços ou marquises na área definida como setor A do **IPACJ**.

III. Para as *Zonas de Preservação Histórico Natural* fica proibida a constru-

ção de novas edificações, salvo adendos ao já existente desde que esses não ultrapassem 50% da área já construída e que não desfigurem a paisagem natural característica do sítio. Os projetos de ampliação deverão obedecer aos critérios construtivos estabelecidos pelo **PRIJ** e as propostas paisagísticas deverão manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado; ambos terão de ser submetidos à aprovação do Núcleo Técnico.

IV. Os projetos de intervenções e novas construções deverão seguir os critérios construtivos (critérios de análise, compositivos e as posturas das construções) estabelecidos pelo **PRIJ** e serem submetidos a aprovação do Núcleo Técnico.

Índices Urbanísticos

Quadro 1 - Instrumentos Urbanísticos Propostos

Índices Urbanísticos	Regime de Usos - ZPHA		Predominantemente Residencial
	Índices Urbanísticos	Índice de Aproveitamento	0,9
		Taxa de Ocupação	0,6
		Taxa de Impermeabilização	0,8
		Altura Máxima	6,00 ou 2 pavimentos
		Alinhamento Predial	Predominância do existente quarteirão
	Potencial Construtivo - ZPHN		Até 50% da área construída cadastrada
	Posturas das Construções	Balanço	Estritamente proibido
		Marquise	Predominância da tipologia e do existente no quarteirão
		Toldos	Distar 0,50 m do meio-fio e ter no máximo 1,20m

Quadro 2 - Instrumentos Urbanísticos Efetivados

Índices Urbanísticos	Regime de Usos - ZPHA		Predominantemente Residencial	
	Índices Urbanísticos		Conforme	Permissível *
		Índice de Aproveitamento	1,0	2,0
		Taxa de Ocupação	0,8	0,75
		Altura Máxima	6,00 ou 2 pavimentos	9,00 ou 3 pavimentos
		Alinhamento Predial	Predominância do existente quarteirão	
	Potencial Construtivo - ZPHN		Até 50% da área construída cadastrada	
	Posturas das Construções	Balanço	Estritamente proibido	
		Marquise	Predominância da tipologia e do existente no quarteirão	
		Toldos	Distar 0,50 m do meio-fio e ter no máximo 1,20m	

*Para a utilização dos índices permissíveis é necessário consultar o item Posturas das Construções (pág. 74).

Critérios de Intervenção e Construção nas Zonas de Preservação

Dentro da **ZPHA**, os critérios de intervenção nas construções antigas servem àquelas preserváveis, segundo parecer do Núcleo Técnico, e às novas construções, para orientar a composição arquitetônica (linguagem formal e características tipológicas), técnicas e materiais de construção compatíveis com o existente, além de regulamentar as intervenções urbanas. Para a definição dos métodos e técnicas foi utilizada uma bibliografia básica relacionada no final deste livro.

Métodos de Intervenção

Método Arqueológico

- Aceita somente a pura consolidação de ruínas, não admitindo recomposições fantasiosas ou imitativas, mas aceita aproveitamento de espaços através de obras modernas.
- Condena a demolição de acréscimo nas “purificações” quando eles possuem valor histórico ou artístico, qualquer que seja a sua época.

Método Científico

- Proíbe terminantemente reconstruções de ruínas e o uso de seus espaços disponíveis.
- Exige que nos trabalhos de consolidação estejam de modo visível e claro os materiais e recursos da nova tecnologia ali empregada.
- Nos monumentos danificados, as partes reconstruídas jamais deverão imitar as originais, mas havendo sempre o

cuidado de não se obter desarmonias.

- Nos edifícios com acréscimos, respeitar todas as intervenções lícitas, demolindo-se somente as intromissões comprometedoras do partido original.
- Nos acréscimos novos aos edifícios que necessitam de aumento de área, o estilo a ser empregado é o “**Estilo Neutral**”, descompromissado plasticamente na ornamentação com o outro ali existente, mas mantendo as mesmas relações de cheios e vazios e, em alguns casos, a mesma modinatura (molduras).

Método Artístico ou de Reintegração Estilística

- É a combinação dos métodos arqueológico e científico, enfatizando-se os aspectos plásticos, principalmente aqueles de adequação estética do meio ao monumento.

Técnicas de Intervenção

Conservação

“A conservação é um aspecto altamente especializado da área mais ampla da preservação do patrimônio, podendo ser definida como a intervenção física na própria matéria de um edifício para assegurar sua integridade estrutural ou estética. A ciência e a tecnologia modernas oferecem ao conservacionista de arquitetura uma variedade de instrumentos de diagnose e medidas terapêuticas que torna possível, ao menos teoricamente, reparar a matéria danificada e estender a vida efetiva de edifícios por décadas.” (FITCH, 1981, p. 37).

Quando o edifício está íntegro, mas em péssimas condições, conforme seu estado de conservação, necessita de obras de intervenções do tipo:

Reciclagem - quando se quer mudar o uso original do edifício, deve haver adaptação às condições atuais

sem prejudicar a volumetria, a tipologia e a linguagem formal do prédio. A reciclagem de uso pode trazer a mudança da função primitiva, admitindo-se a subdivisão do pé-direito, mas deve-se tentar preservá-la ou fazer uma adaptação que seja compatível com o desenho original da construção, principalmente quanto aos compartimentos localizados junto à fachada;

Revitalização – o prédio necessita de mudanças nas instalações (elétrica, hidráulica, sanitária, etc.), reforço das estruturas, troca revestimentos;

Revalorização – o prédio está sendo subutilizado e necessita além dos reparos nas instalações, pequenas obras para adaptação às condições higiênicas, ao conforto ambiental e necessidades atuais, conservando o uso original.

Consolidação

Quando o edifício encontra-se em ruína é feita uma consolidação estrutural de maneira que não desmorone, estancando a degradação da edificação.

Renovação

Construção nova utilizando uma composição formal em harmonia com o conjunto urbano existente.

Reconstituição

O edifício é reconstruído baseado em documentação histórica: desenhos de plantas, cortes, fachadas, fotografias, descrições em documentos etc.

Tipos de Intervenção

Monumento Íntegro

Construção que merece conservação com preservação (mesmo valor) e manutenção (mesmo uso), pois possui integridade de fachada, de volumetria e de planta original, sendo representativo histórico e/ou arquitetônico de um período da memória urbana da cidade.

Quando estiver incapacitado o seu programa de necessidades original, fora de utilidade para os dias de hoje, a construção merece uma reconversão, isto é, o acréscimo de banheiros, alteração de cozinha, acréscimo de área construída seja no porão ou no sótão, desde que permaneça a sua integridade formal e volumétrica.

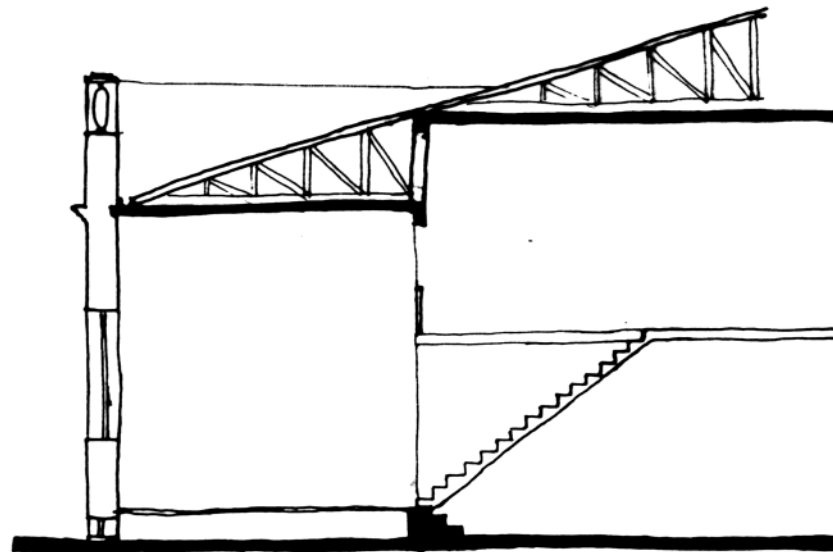
Construção Parcialmente Alterada

Planta Original e Volumetria Alterada

O imóvel tem a sua volumetria e fachadas alteradas por motivos vários, permanecendo a planta original, constituindo-se assim num grau de descaracterização média, merecendo uma reconstituição baseada em documentação existente.

Planta Alterada e Volumetria e Fachadas Originais

O imóvel mantém sua volumetria e fachadas originais com planta totalmente descaracterizada de modo irreversível. Há liberdade total de manejar o interior, desde que sejam mantidas a volumetria e as fachadas, chama-se este tipo de *reconstrução*.



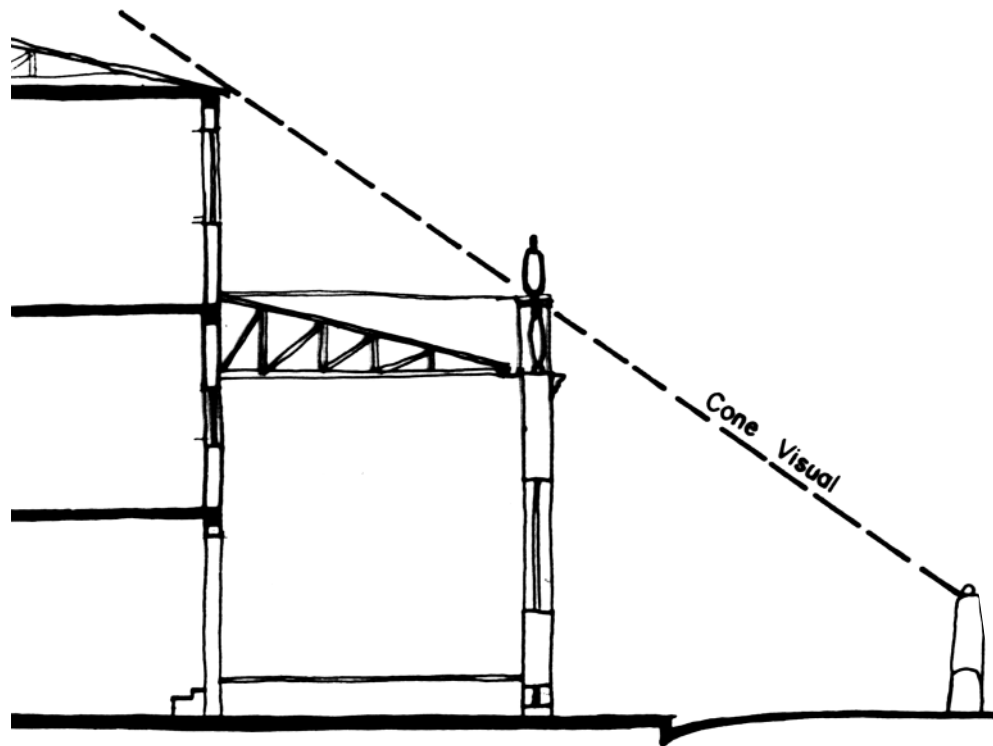
Construção nova mantendo a volumetria da fachada.

Construção com Descaracterização Profunda

Construções com grau de descaracterização profunda ou casas novas sem caráter, despersonalizadas, que de um modo ou de outro agredem a paisagem urbana.

Ao longo do tempo devem ser remodeladas e serem adequadas à vizinhan-

ça, seguindo o gabarito dos índices urbanísticos indicados para a **ZPHA**, mantendo os elementos de composição formal característicos da zona, segundo o *Método Artístico ou de Reintegração Estilística*, utilizando-se do Estilo Neutral.



Subdivisão do pé-direito com manutenção da volumetria da edificação.

Graus de Descaracterização

São consideradas descaracterizações todas as intervenções que modificam o desenho original da construção. A interpretação das descaracterizações ficará a cargo do Núcleo Técnico que deverá, através de uma análise segundo os critérios das características tipológicas e linguagens formais da edificação, estabelecer o grau de descaracterização em que se encontra o objeto em estudo.

Construção Íntegra



*Construção segundo o
Código de Posturas de 1898.*

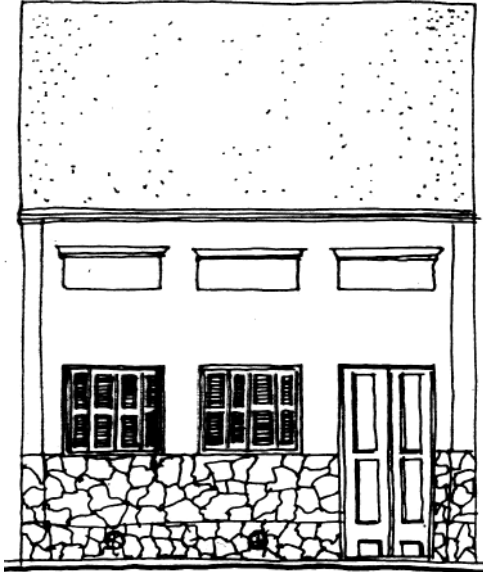
Grau I ~ Descaracterização leve



*Revestimento com pedra.
Revestimento com painel metálico (luxalon).*

Quando o edifício, praticamente no estado original, contém acréscimos que agredem a composição arquitetônica passíveis de serem retirados ou trocados por elementos que se harmonizem com ela. É característico deste caso a colocação de toldos, letreiros, marquises e revestimento de pedras, principalmente no embasamento das construções.

Grau II ~ Descaracterização média



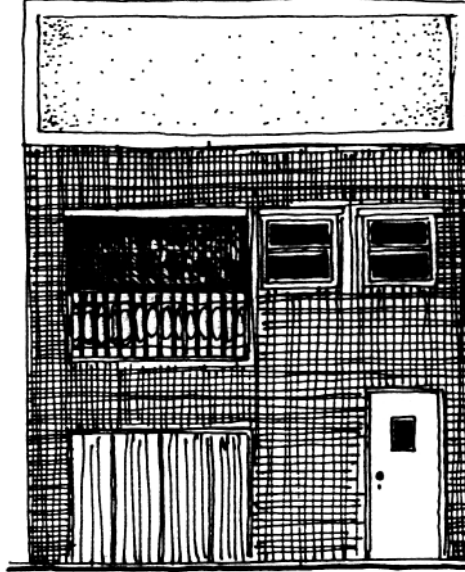
Revestimento com pedra.

Alteração da proporção dos vãos originais.

Colocação de marquises.

Quando o edifício apresenta descaracterizações profundas mas reversíveis; isto é, foram retirados ou trocados elementos originais da construção, podendo ser feita nova intervenção, segundo os padrões de composição arquitetônica (linguagem formal e característica tipológica) original do prédio, levando em conta os preceitos da *Carta de Veneza*. A nova intervenção deverá observar a harmonia com o desenho original.

Grau III ~ Descaracterização profunda



Revestimento com pedra.

Alteração da proporção dos vãos originais.

Colocação de marquises.

Divisão do pé-direito em 2 pavimentos.

Quando há alteração na composição arquitetônica do edifício (linguagem formal e característica tipológica), juntamente com a relação de cheios e vazios, proporção e modinatura (molduras), encontrando-se irreversivelmente alteradas do estado original.



Grau IV ~ intervenção descaracterizante máxima

Demolição total de edificação constante no **IPACJ** (Carta de Porto Alegre – 14 de Junho de 1991). Ver item *Postura das Construções* (pág. 74, item 3).



Posturas das Construções

Posturas são entendidas como normas que regulamentam as construções quanto à sua volumetria, composição e relação com o espaço público (paisagem urbana).

Os **Códigos de Posturas** mais significativos da Cidade de Jaguarão foram os de **1871, 1898 e 1948**, que regulamentaram as construções do acervo existente. Com o passar do tempo estas posturas foram abandonadas, deixando de ser utilizadas para as novas construções e para as reformas, provocando a descaracterização dos prédios.

As posturas adotadas para as intervenções e construções novas a serem realizadas dentro da **ZPHA** deverão atender a determinados preceitos compositivos, baseados nos Códigos de Posturas, propostos pelo **PRIJ**. Junto a estas posturas colocam-se diretrizes para o encaminhamento dos processos de aprovação.

I. Os projetos de intervenções que seguirem os índices urbanísticos **conformes**, propostos no **PRIJ**, seguem o encaminhamento burocrático usual (requisitos normais do Plano Diretor) para o pedido de licença da obra.

II. Os projetos de intervenções que utilizam os índices urbanísticos **permissíveis** propostos no **PRIJ**, deverão obedecer

ao seguinte encaminhamento:

estudo de viabilidades - o proprietário, através do responsável técnico, deve entrar com documentação comprobatória de propriedade juntamente com solicitação de aprovação de viabilidades sobre a ação pretendida. No estudo de viabilidades deverá constar, em linhas gerais, o que se pretende, como: tipo de atividades, situação, localização, forma, intensidade de alterações. O Núcleo Técnico despachará sobre a viabilidade da solicitação, especificando quais os itens atendem aos requisitos do **PRIJ**. À critério do Núcleo Técnico poderá ser exigido antecipadamente um laudo técnico geral da construção.

pré-aprovação - no caso de liberação das viabilidades propostas, o proprietário deve entrar com um segundo requerimento juntamente com um estudo preliminar, onde deve constar plantas baixas, cortes, fachadas da construção e do quarteirão, no caso de esquina, com as duas metades das quadras subsequentes à casa em estudo, mais dois estudos de perspectivas, uma isométrica e outra de observação, podendo ser feitas montagens fotográficas, todos em duas vias em escala 1/100 ou 1/125. O Núcleo Técnico despachará favoravelmente ou não, explicando quais os itens que não estão de

acordo com o **PRIJ** e, dependendo do caso, poderá exigir novo estudo preliminar para a pré-aprovação. É possível que seja exigido um novo laudo técnico, de forma mais detalhada que o anterior.

aprovação - na etapa de aprovação deverá ser apresentado um anteprojeto constando de:

- laudo técnico do estado de conservação do prédio (diagnóstico e provável terapia), com responsável técnico;
- desenhos do levantamento físico contendo: plantas de todos os pavimentos, elevação das fachadas, cortes longitudinais e transversais, na escala 1/50; no caso de novas construções deverá conter também uma vista esquemática do quarteirão, com a respectiva análise, enfatizando volumetria, divisão de panos, relação de cheios e vazios e aspectos relevantes, na escala 1/100; no caso de intervenções deverão ser acrescentados detalhes técnicos construtivos (escala mínima 1/50).

O Núcleo Técnico se manifestará a respeito, em tempo hábil, via despacho administrativo.

III. Fica estabelecido, conforma indicação da *Carta de Porto Alegre* de 14 de Junho de 1991 (12), que o proprietário do imóvel cadastrado no **IPACJ**, localizado dentro das **ZPHA** e **ZPHN**, deve enviar pedido de demolição, com justificativa



Manutenção da linha de composição.



Ruptura da linha de composição.



Manutenção da continuidade da fachada do quarteirão.



Ruptura da linha de composição e da volumetria.

e parecer técnico, segundo normas do **PRIJ**, para ser submetido à aprovação do Núcleo Técnico, ficando sujeito à multa caso não seja observada esta exigência.

IV. Todos os prédios de reconhecido valor histórico para a comunidade, cadastrado no **IPACJ** e localizados dentro da **ZPHA** e da **ZPHN**, que sofrerem descaracterizações parciais ou integrais, receberão multa em função dos graus de descaracterização estabelecidos no **PRIJ**, a ser determinada pelo Núcleo Técnico.

V. Quanto à volumetria proposta não será permitida a construção de novas edificações que descaracterizarem os limites do quarteirão (ruptura das linhas de composição e da volumetria do entorno), nem de balanços que avancem sobre o passeio público, ultrapassando os limites do lote.

VI. Quanto às marquises serão estritamente proibidas nas tipologias em que originalmente não existam. Nas novas construções somente serão permitidas na área onde houver no entorno construções cuja tipologia original contenha marquise;

- nos estabelecimentos comerciais serão permitidos toldos recolhíveis, em substituição às marquises, que constituem uma descaracterização das

fachadas, desde que estes mantenham a relação de cheios e vazios da composição original, devendo distar do meio-fio 0,50m e ter no máximo 1,20m, submetidos à aprovação do Núcleo Técnico.

VII. Quanto aos painéis de letreiros, metálicos ou luminosos, não deverão ser afixados sobre os elementos da construção ou ornamentos, bem como a fixação de suportes dos mesmos; prejudicar de qualquer forma a eficiência dos vãos das aberturas ou cobrir placas de numeração predial, nomenclatura de ruas e sinais de trânsito.

VIII. Quanto às instalações e equipamentos deverão ser colocados para as áreas internas de ventilação; não sendo possível, não deverão sobressair o alinhamento predial nem sobrepor elementos da construção ou da composição formal, devendo estar preferencialmente ocultos;

- as instalações que dependerem de fiação deverão ser fixadas sem sobrepor ornamentos;

- não será permitida a instalação de caixas com medidores e hidrômetros nas fachadas para o passeio público.

IX. Quanto à pintura das fachadas deverá ser observada a harmonia do conjunto existente e os padrões originais (realizado através de prospecção);



Sobreposição de anúncios comerciais nos elementos de composição formal.



Proposta para colocação de letreiros integrado à composição formal do prédio.



Alteração da proporção dos vãos originais.



Retomada da proporção dos vãos e da modinatura original.

- as pinturas de anúncios e letreiros, sobre a fachada, não deverão sobrepor os ornamentos e a modinatura, observando a relação de cheios e vazios, nem descaracterizar a mesma;

- o fundo dos anúncios e letreiros, do item anterior, deverá ser o mesmo da fachada;

- não será permitida a utilização de tintas fosforescentes ou refletoras.

X. Quanto aos revestimentos, ficam expressamente proibidos os que não forem originais das construções. Nas novas edificações devem ser utilizados revestimentos que não entrem em desarmonia com o conjunto existente.

XI. Quanto ao fechamento dos vãos ou abertura de novos, deverá ser observada a manutenção da proporção e da modinatura existente.

XII. As disposições referidas nos itens anteriores estão sujeitas à aprovação do Núcleo Técnico, mediante processo estabelecido no item I e item II.

XIII. Os proprietários dos imóveis que descumprirem os itens anteriores serão punidos com multas variáveis de 1 a 100 vezes a Unidade de Referência Municipal (URM), sendo que a fixação do valor da multa se fará de acordo com a gravidade da infração, cabendo o julgamento ao Núcleo Técnico Urbano.

Intervenções Urbanas

As intervenções urbanas são entendidas como a produção ou a transformação dos espaços públicos, a nível viário, paisagístico, instalação de mobili  rio, infra-estrutura urbana etc, devendo conter estudos de integração e contextualiza    o com o entorno.

I. As concession  rias de infra-estrutura deverão consultar o Núcleo Técnico quando da instalação de equipamentos dentro das Zonas de Preservação, através do requerimento onde conste o projeto de ampliação e/ou remodela    o de redes.

II. Não serão permitidas instalações de equipamentos de infra-estrutura ou mobiliário urbano que prejudiquem a visibilidade das fachadas.

III. O mobiliário urbano e as intervenções urbanas a cargo do Executivo Municipal, dentro das Zonas de Preservação, deverão se submetidas à aprovação do Núcleo Técnico.

IV. A concessão de espaços públicos para a localização de paradas de ônibus, pontos de táxi e "trailers", dentro das Zonas de Preservação, deverá ser submetidas à aprovação do Núcleo Técnico.

V. O Núcleo Técnico poderá propor padronização da programação visual das placas indicativas e do mobiliário urbano para as Zonas de Preservação, além de alterações no desenho e na geometria viária.



Descrição do Programa



Rua 15 de Novembro

Foto: Christiano Toralles

Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão

A intenção de montar um programa de revitalização para Jaguarão em 1991 sustentou-se em experiências de outros locais brasileiros, como por exemplo o “Corredor Cultural do Rio de Janeiro”, o tombamento de Antônio Prado e a regulamentação de obras no entorno dos bens tombados, alguns estudos de classificação tipológica como em Paracatu-MG, o Projeto Renovar-SC e muitas outras.

Nas Normas de Quito de 1967 já estão estabelecidas as zonas de proteção para áreas de interesse cultural “...*para proteção do espaço urbano que ocupam os núcleos ou conjuntos monumentais e de interesse ambiental...*”.

Mas para regular a zona delimitada como de proteção deve haver um código de obras, inclusive calçado em normas como os códigos de obras existentes na época em que foi construída a maior parte do acervo que existe na **ZPHA** determinada pelo **PRIJ**.

Assim também, foi proposto um **Escritório** ou **Núcleo Técnico Urbano** com a finalidade de fiscalizar e orientar as intervenções na **ZPHA**.

Na época, as leis de incentivos nacionais e estaduais eram não muito conhecidas ainda, mas o **PRIJ** já colocava a necessidade da captação de recursos através de legislações de incentivo cultural e do seu gerenciamento através de fundações sem fins lucrativos. Atualmente já temos no Estado do RS a LIC (Lei de Incentivo à Cultura) como realidade e propiciando a preservação de vários elementos de nossa cultura.

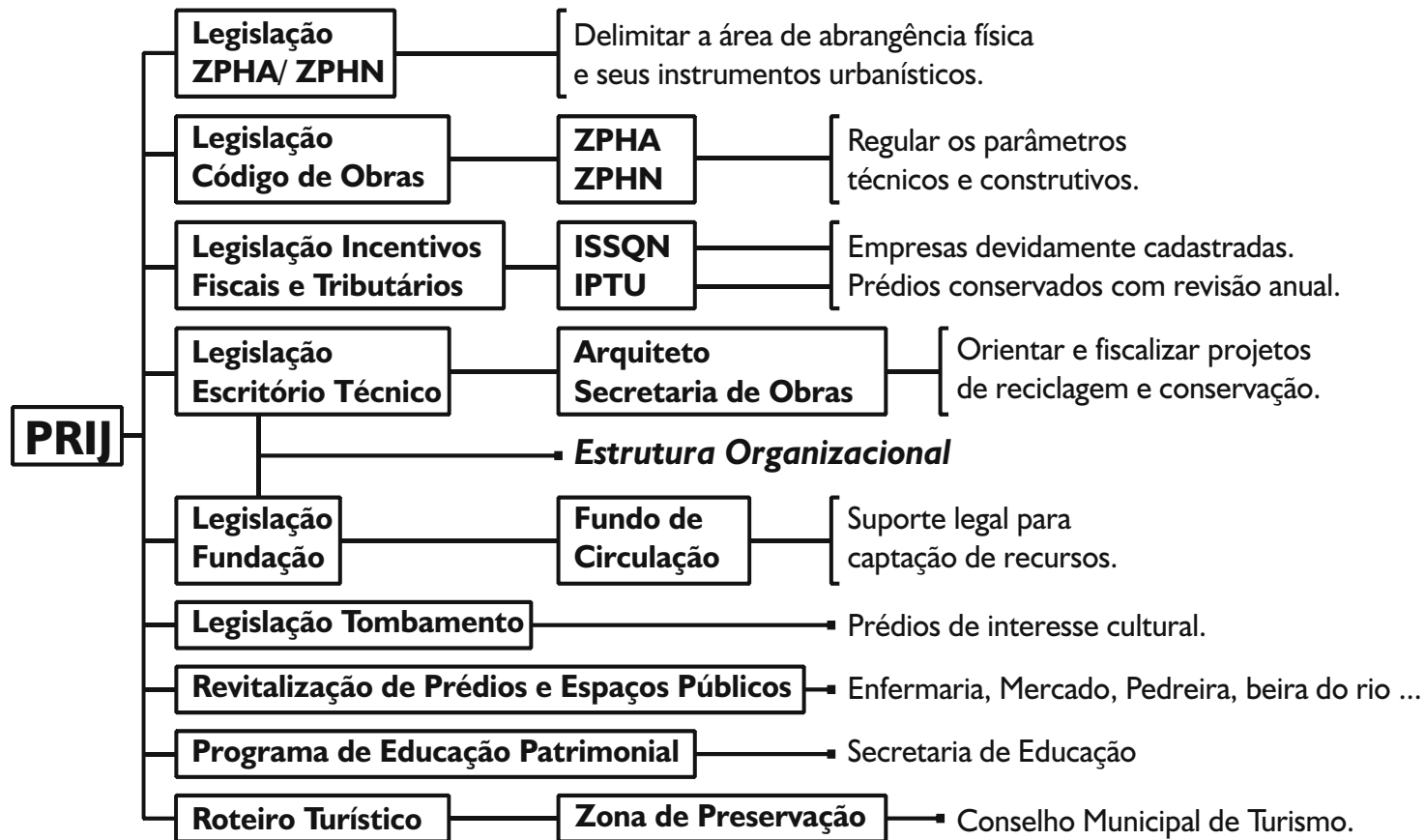
Outra ação, atualmente considerada primordial e fundamental para que se inicie um movimento de preservação cultural de uma cidade é o que se refere à Educação Patrimonial. Para tanto, observou-se no **PRIJ** a importância da Secretaria Municipal de Educação ter ingerência na questão promovendo ações

nas escolas de 1º e 2º graus, bem como, na Comunidade Jaguarense para se ter ampla divulgação da memória da cultura da região.

Como entendemos o tombamento uma ação muito restritiva e para ser utilizada em casos extremos, foram propostos no **PRIJ** alguns tombamentos de sítios e prédios que merecem a sua total preservação, conservação e revitalização de alguns locais para que a memória cultural da cidade de Jaguarão não se perca em ações de descaracterização e intervenções equivocadas.

Junto às ações de Educação Patrimonial, tombamento e revitalização de prédios e espaços públicos podem haver ações que promovam o turismo, como roteiros culturais pelas zonas de preservação, desde que sejam respaldadas por um Conselho Municipal de Turismo que integre as ações de preservação e desenvolvimento turístico.

Organograma do PRIJ



Núcleo Técnico Urbano

O Núcleo Técnico Urbano do **PRIJ** enquanto órgão permanente vinculado à Secretaria de Obras da PMJ, deverá ter no mínimo um arquiteto especializado e as seguintes atribuições:

I. orientar e dar parecer técnico sobre as construções e intervenções nas Zonas de Preservação - **ZPHA** e **ZPHN**;

II. fiscalizar a execução de obras de intervenções, novas construções, instalação de mobiliários e equipamentos de infra-estrutura;

III. prestar assistência aos proprietários, locatários, usuários, arquitetos e construtores de imóveis da cidade de Jaguarão no que diz respeito à:

- modificações ou alterações inter-

nas, reconstrução, construção, aprovação de letreiros e toldos;

- fazer diagnósticos sobre as condições atuais dos prédios (trincas, fissuras profundas, afundamento de pisos, abaulamento de paredes, infiltrações de umidade, deterioração na estrutura do telhado, etc.);

- indicar uma terapia (conservar ou substituir os elementos deteriorados);

IV. Ter um acervo gráfico, fotográfico e bibliográfico sobre as construções pertencentes ao **IPACJ**, **ZPHA** e **ZPHN**;

V. Desenvolver atividades afins, legislando, propondo e intervindo dentro da ideologia preservacionista.

Isenção de IPTU para Prédios de Interesse Culturais dos Imóveis Pertencentes ao PRIJ

O **PRIJ** concede diferentes níveis de variações da alíquota para o cálculo do imposto predial e territorial urbano – **IPTU**, a imóveis pertencentes ao cadastramento do **IPACJ**, localizados dentro das Zonas de Preservação, **ZPHA** e **ZPHN**.

I. A variação da alíquota será concedida mediante requerimento do proprietário, em duas vias, uma para o Núcleo Técnico Urbano e outra para a Secretaria da Fazenda, acompanhado de documentação comprobatória e instruído com justificativa do ato. Deve acompanhar documentação que comprove tecnicamente o valor cultural da edificação através das características tipológicas, linguagem formal, materiais e técnicas construtivas e época de construção, juntamente com o estado de conservação e o grau de descaracterização, emitido por profissional habilitado cadastrado no Núcleo Técnico Urbano.

II. Terão 100% de isenção da alíquota tributária sobre o **IPTU**, imóveis no estado de conservação integral, sem descaracterizações de espécie alguma e que forem considerados de relevância

histórica, segundo critérios do **PRIJ** e da Comunidade Jaguareense.

III. Terão 50% de isenção da alíquota tributária sobre o **IPTU**, imóveis no estado de conservação integral, sem descaracterização de espécie alguma e que forem considerados como acervo da memória urbana da cidade de Jaguarão, segundo critérios do **PRIJ** e da Comunidade Jaguareense.

IV. Os níveis de variação da alíquota tributária sobre o **IPTU** serão efetivados pelo período de I (um) ano, renováveis anualmente, conforme o estado de conservação do imóvel.

V. A concessão dos níveis de variação da alíquota tributária será determinada pelo parecer do Núcleo Técnico Urbano do **PRIJ**.

VI. Caso sejam efetivadas obras de recuperação da fachada conforme a linguagem formal e a característica tipológica original de prédio e mantendo-se o prédio conservado, o proprietário poderá enviar pedido de variação da alíquota do **IPTU**, para ser submetida ao parecer do Núcleo Técnico Urbano do **PRIJ**.





Marechal Deodoro, 499

Foto: Christiano Toralles

Referências

Bibliografia

1. ALEXANDER, Cristopher *et all.* **A Pattern Language/ Un Language de Patrones.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A. 1980. (Colección arquitectura-perspectivas)
2. ANDRADE, Mário de. **Cartas de Trabalho, Correspondências com Rodrigo de Mello de Franco Andrade (1936-1945).** Brasília: MEC SPHAN/pró-Memória, 1981.(SPHAN, 33)
3. APONTAMENTOS para uma Monografia de Jaguarão. Jaguarão: Intendência Municipal de Jaguarão, 1912.
4. ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o Passado.** São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1984.
5. ARQUITETURA. Rio de Janeiro: n°. 3, FAU/UFRJ, 1985/1986.
6. ATLAS Histórico Escolar. 5 ed. Rio de Janeiro: HMEC-FENAME/ Biblioteca do Exército, 1969.
7. BARBOSA, Fidélis Dalcin. **História do Rio Grande do Sul.** 3 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 1985.
8. BLOOMER, Kent C. & MOORE, Charles W. **Cuerpo, Memória Y Arquitectura.** Madrid: H. Blumé Ediciones, 1982.
9. BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil.** São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1981.
10. CADERNO de Restauro I – Solar Lopo Gonçalves. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1987.
11. CADERNOS Jaguarenses. Jaguarão: Prefeitura Municipal de Jaguarão/ Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, n°. 1, 1990.
12. CARTA de Porto Alegre. In: I CONGRESSO LATINO-AMERICANO SOBRE A CULTURA ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA, 1, Porto Alegre, 14 de Junho de 1991.**Anais...** Porto Alegre, 1991.
13. CARVALHO, Benjamin A. **A História da Arquitetura.** Rio de Janeiro: Tecnoprint Gráfica , 1964.
14. CAVALCANTI, Carlos. **História das Artes.** 2 ed. S.l.: Editora Civilização Brasileira, 1970, v. 2.
15. CECHIN, Noeli Schiller. **Jaguarão Ontem e Hoje.** Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas, 1979.

16. COMPROMISSO de Curitiba para o Desenvolvimento Sustentado, Fórum Mundial das Cidades, Curitiba – PR, 29 de Maio de 1992. **Revista da Administração Municipal**. Rio de Janeiro, nº. 204, p. 06-09, Jul/Set 1992.
17. CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edart São Paulo Livraria Editora Ltda., 1972.
18. CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 1984.
19. DOWBOR, Ladislau. IPTU: um divisor de águas. **Revista da Administração Municipal**. Rio de Janeiro, nº. 202, p. 67-70, Jan/Mar 1992.
20. ECO, Umberto. **Como se Faz uma Tese**. 3 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988. (Coleção Estudos, 85)
21. FABRIS, Annateresa (org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Editora Nobel/EDUSP, 1987.
22. FERREIRA FILHO, Arthur. **História Geral do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo S. A. 1958.
23. FICHER, Sylvia; ACAYABA, Marlene Milan. **Arquitetura Moderna Brasileira**. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., 1982.
24. FITCH, James M. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico**. São Paulo: FAU/USP, 1982.
25. FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/RS e Universidade de Caxias do Sul, 1980.
26. GLUSBERG, Jorge. **Para Uma Crítica da Arquitetura**. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1986.
27. GONDIM, Linda M. (org.). **Plano Diretor e o Município: novos tempos, novas práticas**. Rio de Janeiro: IBAM, 1991. (Textos da Administração Municipal, 7)
28. GOULART, Jorge Salis. **A Formação do Rio Grande do Sul**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade de Caxias do Sul e Martins Livreiro Editora, 1985.
29. GRUPO DE ESTUDIOS URBANOS. **Uma Ciudad Sin Memória**. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1983.
30. GUIMARAENS, Dinah & CAVALCANTI, Lauro. **Arquitetura Kitsch - Suburbana e Rural**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
31. GUTIERREZ, Ramón. **Arquitectura y Urbanismo**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1985.

32. _____. **Arquitetura Latino-Americana** - Textos para reflexão e polêmica. São Paulo: Nobel, 1989.
33. INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA. **Corredor Cultural** – Como Recuperar, Reformar ou Construir Seu Imóvel. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/Rio Arte/IPLAN Rio, 1985.
34. INVENTÁRIO de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – IPAC. Salvador: Monumentos e Sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina, 1980. v. 4.
35. INVENTÁRIO de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais – IPAC/MG. S.I.: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, 1985.
36. INVENTÁRIO Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural. **Cadernos do IGEPAC/SP**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico, nº. 1, 1986.
37. JAGUARÃO. **Folheto Jaguarão História e Desenvolvimento**. Porto Alegre: Edições Provision, 1983.
38. JAGUARÃO no Centenário da Independência da Pátria. Jaguarão: Carlos Lacombe, 1923.
39. JORNAL A Folha. Jaguarão: Semanário. Várias Edições.
40. KOCH, Wilfried. **Comment Reconnaître Les Styles en Architecture**. Paris: Editions Solar, 1979.
41. _____. **Estilos de Arquitetura**. Lisboa: Editorial Presença, 1985. vs. 1 e 2.
42. LEMOS, Carlos A. C. **Alvenaria Burguesa**. São Paulo: Editora Nobel, 1985.
43. _____. **Cozinhas, etc.** 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 1978. (Coleção Debates, 94)
44. _____. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Editora Contexto, 1978.
45. _____. **O que é Arquitetura**. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passo, 16)
46. _____. **O que é Patrimônio Histórico**. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos, 51)
47. LOPEZ, Luis Roberto. **História do Brasil Colonial**. Porto Alegre: Mercado Aberto Editora Ltda., 1980. (Série Revisão, 4)
48. _____. **História do Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto Editora Ltda., 1980. (Série Revisão, 3)

49. _____. **História do Brasil Imperial**. Porto Alegre: Mercado Aberto Editora Ltda., 1982.(Série Revisão, 8)
50. LOYOLA, Cleuler de Barros; XAVIER, Helia Nacif. **Município, Desenvolvimento e Meio Ambiente**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBAM/CDM, 1992.
51. LINCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1982.(Coleção Arte e Comunicação, 15)
52. MANIFESTO de Amsterdam (Congresso de Amsterdam – 1975). Tradução da revista L'Architecture D'Aujourd'Hui, v. 183 g XXII, Jan/Fev 1976.
53. MANUAL de Obras em Edificações Preservadas. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Esportes/ Departamento Geral de Patrimônio Cultural, 1991.
54. MASCARELLO, Sônia N. P. R. **Arquitetura Brasileira** – Elementos, Materiais e Técnicas. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1982.
55. MASCARELLO, Sônia N. P. R. (org.). **Documentos Internacionais e Nacionais Sobre Preservação de Bens Culturais**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1986.
56. MOLES, Abraham. **O Kitsch**. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1975. (Coleção Debates, 68)
57. MOREIRA, Igor A. G.; COSTA, Rogério H. da. **Espaços e sociedade no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto Editora Ltda., 1982. (Série Revisão, 10)
58. NUNES, Valdo D. A. & GARCIA, Jorge. **Projeto Jaguar**. Jaguarão: s.n., 1983. Material xerocado.
59. OBERG, L. **Desenho Arquitetônico**. 20 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A., 1974.
60. OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de. **Formas Arquitetônicas Residenciais em Estilo Colonial na Cidade de Pelotas**. São Leopoldo: 1977. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
61. _____. **Estudo da Metodologia de Abordagem da Reciclagem de Prédios**. 137 f. 1985. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Curso de Arquitetura e Urbanismo – EESC.

62. _____. **Tipologia Arquitetônica de Residências no Sul do Brasil**. 1993. 113 f. Esboço de Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
63. OLIVEIRA, A. L. C. & SEIBT M. (org.). **Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade de Jaguarão**. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 1988.
64. OLIVEIRA, Dauraci Senna de. **Planejamento Municipal**. 3 ed. Rio de Janeiro: IBAM, 1991. (Textos de Administração Municipal, 4)
65. O SENTIDO de Preservação do Patrimônio Histórico – Sobre Recuperação da Paisagem Histórica Preservação das Edificações. Porto Alegre: Publicação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1980. (Cadernos do Dafa, 4)
66. PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto Editora Ltda., 1985. (Série Documenta, 1)
67. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto Editora Ltda., 1985. (Série Revisão, 1)
68. PINHEIRO, Thomaz B. **Edificações**. 2 ed. Lisboa: Livraria Aillaud e Bertrand, 19__?.
69. POLIDORI, Maurício Couto. **Evolução das Formas de Planejamento Urbano no Brasil**. Pelotas, 1991. Texto da disciplina de Introdução ao Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, 1991.
70. _____. **Instrumentos Urbanísticos Legais**. Texto da disciplina de Introdução ao Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. 1991.
71. _____. **Patrimônio Histórico: um futuro para o nosso passado**. Conferência apresentada no XI Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura – ENEA, Natal, 1992.
72. _____. **Zoneamento Cognitivo: uma alternativa para a instrumentação do Plano Diretor**. Comunicação apresentada no 4º Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil – SEDUR, Brasília, 1991.

73. PROGRAMA de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos. SPHAN/pró-Memória, 1986.
74. PROTEÇÃO e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil, Uma Trajetória Brasília: MEC/SPHAN/pró-Memória, 1980. (SPHAN, 31)
75. QUEIROZ, Marco Aurélio N. F. de (org.). **São João del-Rei**, como Entender, Proteger e Viver a Cidade. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1984.
76. RAMALHO, Geisa; BITTENCOURT, Leonardo; BITTENCOURT, Regina. **Ilha de Santa Rita – AL**. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 1985.
77. REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro de Arquitetura no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973. (Coleção Debates, 18)
78. RELATÓRIO do Anno de 1920 do Município de Jaguarão. Jaguarão: Intendência Municipal de Jaguarão, 1921.
79. REYNAUD, M. Léonce. **Traité D'Architecture** – Deuxime Partie. 3 ed. Paris: Dunoud Editeur, 1870.
80. ROCHA FILHO, Gustavo N. **São Carlos** – Levantamento Sistemático Destinado a Inventariar Bens Culturais do Estado de São Paulo. São Paulo: CONDEPHAAT, 1982.
81. SAIA, Luis. **Morada Paulista**. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 1978. (Coleção Debates, 100)
82. SAINT-HILARE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)**. Belo Horizonte: Editora da Universidade de São Paulo e Livraria Itatiaia Editora Ltda., 1974. (Coleção Reconquista do Brasil, 10)
83. SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **O Uso do Solo e o Município**. 3 ed. Rio de Janeiro: IBAM, 1990. (Textos da Administração Municipal, 2)
84. SANTOS, Paulo F. **Quatro Séculos de Arquitetura**. Rio de Janeiro, IAB/RJ, 1981.
85. SOUZA, Abelardo de. **Arquitetura no Brasil** – Depoimentos. São Paulo: Diadorim e Editora da FAU/USP, 1978.
86. SUMMERSON, John. **A Linguagem Clássica da Arquitetura**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1982.
87. SDO/SURBAM. **Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade de Jaguarão**. Porto Alegre: Superintendência do Desenvolvimento Urbano e

- Administração Municipal, 1978.
88. TANDY, Cliff *et all.* **Manual de Paisaje Urbano**. Madrid: H. Blumé Ediciones, 1976.
89. VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura Dois Estudos**. 2 ed. Goiânia: MEC/Sesu/PIMEG-ARQ/Universidade Católica de Goiás, 1983.
90. _____. **Arquitetura no Brasil** – Sistemas Construtivos. Belo Horizonte: UFMG, 1979.
91. _____. **Vila Rica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977. (Coleção Debates, 98)
92. VERISSIMO, Francisco; BITTAR, William S. M. **Inventário Arquitetônico Neo-colonial do Município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Central de Publicação FAU/UFRJ, 1983.
93. VILLAAMIL, German Gil. **Ensayo Para uma Historia de Cerro Largo**. Melo: Intendência Municipal de Cerro Largo, 1982.
94. WARE, D. & BEATTY, B. **Diccionario Manual Ilustrado de Arquitectura**. 7 ed. México: Ediciones Gustavo Gili S. A., 1981.
95. WEIMER, Günter (org.). **A Arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto Livraria e Editora Ltda, 1983. (Série Documenta, 15)
96. XAVIER, Alberto; MIZOGUCHI, Ivan. **Arquitetura Moderna em Porto Alegre**. São Paulo: Editora Pini Ltda.; FAU/UFRGS, 1987.
97. XAVIER, Hélia Nacif. Questões Urbanas e Questões Ambientais. **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro: IBAM, n. 203, p. 29-35, Abr/Jun 1992.
98. ZEVI, Bruno. **Saber Ver Arquitetura**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1978.

Legislação

1. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.
2. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, de 1989.
3. Lei Orgânica do Município de Jaguarão, de 03 de Abril de 1990.
4. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Jaguarão – PDDU/SURBAM – 1978.
5. Leis Municipais de Jaguarão:
 - Nº. 1226 – aprova o Plano Diretor (21/09/1979).
 - Nº. 1227 - dispõe sobre loteamentos (21/09/1979).
 - Nº. 1228 – institui o Código de Obras (21/09/1979).
 - Nº. 1299 – institui o Código Tributário Municipal (16/07/1981).
 - Nº. 1923 – altera índices de ZRI (18/10/1989).
 - Nº. 2393 – reorganiza e altera a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Jaguarão.
6. Decreto nº. 130 – 28/12/87 – Regulamentação do Código Tributário – Jaguarão
7. Código de Posturas de 1871 – Jaguarão.
8. Código de Posturas de 1898 – Jaguarão.
9. Código de Posturas de 1948 (Lei nº. 244) – Jaguarão.
10. Programa de Cidades Históricas - PCH, acordo SDU/BNH/MINTER, SPHAN/ pró-Memória – 1983.
11. Regulamentação da Área Tombada do Centro Histórico de São Francisco do Sul – 1986.
12. Decreto nº. 4141 – 14/07/1983 – aprova o P.A. nº. 10290 e o P.A.L. nº. 38871 fixa o limite da área do Corredor Cultural do Rio de Janeiro.
13. Lei nº. 506 – 17/01/1984 – cria a Zona Especial do Corredor Cultural – Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.
14. Lei nº. 1139 – 16/12/1987 – dispõe sobre a preservação dos imóveis do Corredor Cultural do Rio de Janeiro.
15. Decreto nº. 1548 – 10/05/1990 – institui Zona Especial de Preservação em Mostardas – Rio Grande do Sul – SURBAM/CPHAE.
16. Lei nº. 2708 – dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural – 10/05/1982 – Pelotas/ Rio Grande do Sul.



Editora e Gráfica Universitária
UFPel